



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 481 - DE 27 DE JULHO A 10 DE AGOSTO DE 2014 - R\$ 3,00

Palestina - responder à barbárie sionista:



Pelo armamento geral das massas palestinas! Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!



Unidade de todos os movimentos contra a repressão!

Oposição revolucionária a Dilma

Amplia-se a crise mundial

A tragédia do Malaysia Airlines intensificou o conflito do imperialismo norte-americano e europeu com a Rússia em torno do controle sobre a Ucrânia. Os bombardeios e a invasão por terra da Faixa de Gaza pelo exército sionista de Israel romperam a aparente acomodação. A ofensiva do “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (Isil) no Iraque reacendeu os choques abertos pela intervenção dos Estados Unidos em 2003. Na Líbia, a luta armada entre facções em torno do poder chegou até os ataques militares ao aeroporto de Trípoli. Na Síria, a guerra civil continua a ensanguentar o País. No Egito, a ditadura de Al Sisi recrudescer a repressão sobre a Irmandade Muçulmana e esmaga toda tentativa de protesto da população. Na Nigéria, a milícia islâmica Boko Haram expressa a insurgência da miséria e suas ações (sequestro de 223 escolares, em maio) ensejaram a intervenção do imperialismo. Acrescenta-se a cisão no Sudão e os recentes embates armados. No Afeganistão, a guerra interna continua sua marcha de destruição. Na Venezuela, desenvolve-se a crise política, que caminha por desencadear confrontos mais amplos.

A resposta do secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, às pressões de setores da burguesia norte-americana para que o governo de Obama intervenha com mais decisão contra a Rússia dá bem a dimensão da crise mundial: “O fato é que nós vivemos um mundo extremamente complicado e todo mundo está trabalhando em dez coisas simultaneamente” (O Estado de SP/21 de julho) Em tom coloquial, o secretário deixou transparecer que a maior potência está envolvida em tantos conflitos armados que não tem dado conta. A tendência é a de as dissensões se ampliarem ainda mais e se aprofundarem.

Observa-se que as potentes forças produtivas manifestam suas contradições com as relações capitalistas de produção altamente monopolizadas e as fronteiras nacionais que se estabeleceram após a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais.

É sintomática a disputa entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos com a Rússia pelo controle de regiões e países que fizeram parte da União das Repúblicas Soviéticas (em certo sentido, o mesmo se passa com a China como potência regional na Ásia). A restauração capitalista deve servir ao capital monopolista e não para potenciar interesses particulares dos capitalistas russos e chineses, não para abrir caminho para novos potentes Estados capitalistas. A Rússia restaurada deve ser integrada como semicolônia e não como rival imperialista. O mesmo se passa com a China, cuja crise de poder da burocracia constituída pelo Partido Comunista está por vir.

Na Ucrânia, ocorre um embate estratégico de dominação imperialista na situação de grave crise mundial – a maior do pós-guerra. A Rússia não teve outra via de proteção a não ser anexando a Criméia. A perda total de influência sobre a Ucrânia e a sua integração à União Europeia seriam um golpe para sua posição de potência regional e para não se converter em semicolônia, que é seu destino com o processo de restauração.

A insurgência no leste da Ucrânia é apoiada como moeda de troca. Mas a crise se ampliou com os Estados Unidos agindo por meio da Polônia, incentivando o cerco da Rússia pela Otan e impondo sanções econômicas. Estas acompanham os interesses de grupos econômicos e militares norte-americanos – gás e armamento, sobretudo. Eis por que a burguesia européia por enquanto ainda não cedeu às pressões de Obama para constituir a unidade plena do bloco imperialista.

A derrubada do avião malaio deu fôlego à campanha dos Estados Unidos sobre a necessidade de armar a região e particularmente a Ucrânia contra a Rússia. A crise e seus impasses alimentam as tendências bélicas intrínsecas ao capitalismo monopolista. A burguesia ucraniana que vem se reconstituindo na forma de oligarquia com a desintegração da União Soviética e com a restauração viu seus interesses restringidos pela Rússia e procurou abrigo na burguesia ocidental.

Nos Estados Unidos, a reação republicana encarnada pelo senador John McCain é a de multiplicar esforços para que Obama lance uma ofensiva de armamento da Ucrânia e de todos aliados que estejam dispostos a fazer a Rússia retroceder. Tudo indica que de fato o Malaysia Airlines foi derrubado por um míssil. Mas se sabe que qualquer que seja a hipótese do disparo foi um erro. Não houve objetivo militar contra o avião de passageiros. O mesmo erro já foi cometido pelos Estados Unidos, com um número de mortos semelhante. Mas essa não é a questão. O imperialismo acusa a Rússia de armar a resistência no leste e de não sufocá-la. Uma intervenção norte-americana generalizaria a crise em nível mundial. Não é o que pretende o governo de Obama, que precisa antes de qualquer ofensiva militar contra a Rússia perfilar atrás dos Estados Unidos as potências da Europa Ocidental. O que está em questão é a negociação sobre como colocar a Ucrânia sob a guarda do imperialismo e impedir que a divisão do País não vá além da Criméia, criando novas fronteiras sob influência da Rússia.

A tragédia do Malaysia Airlines tem sido usada para reduzir o impacto da ofensiva de Israel contra Gaza. Mais de 500 palestinos já morreram – centenas de crianças, mulheres e velhos. O massacre vem sendo justificado com o surrado argumento de que se trata da defesa dos israelenses contra o terrorismo do Hamas. A verdade é que o Estado sionista necessita anexar todo o território palestino. Não tem como manter a Faixa de Gaza sufocada pelo cerco militar sem que irrompam revoltas populares e respostas militares do Hamas. Se bem que estas sejam inconsequentes belicamente, são consequentes politicamente. Evidenciam a bárbara opressão nacional.

O imperialismo norte-americano está diante do crescente ódio das massas árabes. Já não tem tanta facilidade de enganá-las por meio de seus governos serviçais. A tormentosa experiência da invasão do Iraque abriu ou ampliou rachaduras na região. As revoltas populares que foram controladas por governos comprometidos com o imperialismo (Egito, Tunísia, Iêmen e Líbia) poderão retornar em meio a uma crise

mais ampla. A chacina dos palestinos alimentará o ódio não somente contra o Estado de Israel, mas contra os governos árabes que se renderam ao sionismo e que continuam servindo ao imperialismo.

A intensa campanha da mídia mundial para condenar a Rússia pela queda do Malasya, em certa medida, obscurece a ação do imperialismo em submeter a Ucrânia ao poder dos monopólios e reforça a máscara da pseudo democracia. Mas o mesmo não se pode fazer com a operação militar de Israel em Gaza. Em toda parte, ocorrem manifestações condenando a política do sionismo. Inclusive dentro de Israel. Guardadas as diferenças históricas, estamos diante da opressão nacional e do esmagamento da autodeterminação de povos oprimidos, tanto na Palestina quanto na Ucrânia.

Há que se defender sistematicamente a expulsão do imperialismo, levantando a bandeira da autodeterminação. Os conflitos internos a um país, ainda que sangrentos, somente podem ser resolvidos por ele mesmo. É o caso da Ucrânia. É fundamental defender a unidade do País contra a divisão imposta de fora pelo imperialismo ocidental e pela Rússia. Essa unidade somente pode ser revolucionária. Pressupõe a destruição do poder oligárquico restauracionista e constituição de um governo das massas, sob a política do proletariado.

A autodeterminação da Palestina virá com a derrota da burguesia sionista, destruição do Estado de Israel por meio da unidade revolucionária das massas. A luta anti-imperialista exige que o proletariado se levante com seu programa e organize atrás de si a maioria oprimida. Não é possível enfrentar a máquina de guerra de Israel sem que se arme a população. O armamento geral dos palestinos possibilitará a derrota dos invasores e incendiará o ódio revolucionário das massas árabes contra o imperialismo e ao sionismo.

Está colocada para o proletariado mundial e para os demais oprimidos a luta em várias frentes, cada uma com suas particularidades. No entanto, todas elas têm uma base comum: a rebelião das forças produtivas contra as relações capitalistas de produção e a camisa de força das fronteiras nacionais. O que quer dizer que a resposta histórica se encontra no programa da revolução socialista mundial. É preciso trabalhar incessantemente no seio dos combates e levantar alto a estratégia da revolução proletária de forma a recuperar o terreno perdido com a destruição da III Internacional pelo estalinismo e o atraso imposto pelo revisionismo que desmantelou a IV Internacional.

Crise tende a se aprofundar. É preciso se preparar para respondê-la

No início do ano, os economistas burgueses afirmavam que a crise mundial capitalista caminhava para uma superação. Seguindo seus mestres, os economistas brasileiros os papagaiavam. Passado um semestre, os dados contrariaram as previsões otimistas.

Crise mundial se aprofunda

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou em junho a previsão de redução do crescimento da maior potência econômica, os EUA, de 2,8% para 2%. No início do ano, a previsão chegou a 3,2%. Na média, os grandes da economia mundial tiveram redução de expectativa de crescimento de 2,2% para 1,8%. Na Europa, a retração foi de 1,2% para 1,1%. A Itália rebaixou sua previsão de 0,7% para 0,2% em 2014. A taxa de desemprego se mantém próxima aos 12% na zona do Euro. A previsão de crescimento do PIB para a China caiu de 7,6% em abril para 7,4%. No Japão: queda de 1,4% para 1,2%.

Está aí um quadro geral mundial de redução na previsão do crescimento. Mais que isso, uma previsão de crescimento muito baixo, próximo à estagnação nos EUA, Europa e Japão. Quanto às previsões de crescimento nos países atrasados, estas também caíram, embora se situem ao redor dos 4,5%. Mas a queda geral de crescimento nas maiores economias do mundo tendem a repercutir profundamente nas economias dos países produtores de matérias-primas.

O nível de endividamento das principais economias tem se avolumado de tal forma que coloca a possibilidade de insolvência cada vez mais próxima. Alguns exemplos: a China pulou de um endividamento de 147% do PIB em 2008 (crescimento de 14,2%) para 251% em junho de 2014 (crescimento de 7,5% e 17 pontos de avanço só nos últimos 6 meses). Os EUA atingiram 260%; Reino Unido, 277%; Japão, 415%.

A elevação brutal do endividamento combinada com a retração do crescimento conflui para uma situação insustentável de quebra.

Tendências de queda no Brasil

A previsão do banco HSBC para o crescimento brasileiro foi rebaixada de 1,7% para 1,1% em 2014. O Banco Central baixou a previsão de crescimento industrial de 1,5% para -0,4% no ano. Já o setor agropecuário deve crescer 2,8% em 2014, diante dos 3,5% estimados antes. Os serviços caíram de 2,2% para 2%. No geral, a formação bruta de capital fixo deve recuar 2,4% em 2014, ante uma projeção anterior de crescimento de 1%. A retração do capital fixo expressa uma queda de investimento.

A tendência à queda das previsões de crescimento não é circunstancial, ela já dura pelo menos há dois meses e configura assim uma tendência. Tendência que agora não se circunscreve à indústria, antes disso afeta os serviços e o agronegócio.

A crise começa a se concentrar no setor que foi usado como válvula de escape da crise em 2008, o automotivo. Se antes esse setor, com subsídio governamental e ampliação do crédito, cresceu e arrastou parte da economia consigo, hoje é o que mais expressa a tendência de queda: o primeiro semestre de 2014 registrou redução de 16,8% na produção. As exportações caíram 35% nesse período. As vendas internas caíram 7,56% no período (17,27% anualizado).

Esses resultados repercutiram e ainda vão repercutir no emprego: o nível no setor diminuiu 3,1% em junho, reunindo 151.546 trabalhadores, ante 156.471 em junho de 2013. Na comparação com maio, o recuou foi de 0,5% (152.317 trabalhadores).

Da mesma forma que o setor mais potente da economia serviu como acolchoado para a crise mundial sob subsídio governamental e crédito, agora esse setor será o contrapeso que arrastará a economia para trás.

A resposta dos explorados

A crise econômica avançou paulatinamente no Brasil, mas agora expressa as profundas contradições do País semicolonial. Com ela veio a nova etapa da luta de classes iniciada internacionalmente em 2008 e somente em junho de 2013 por aqui. As massas circunstancialmente deixaram de lado as esperanças na resolução de seus problemas pela via eleitoral, parlamentar e ju-

rídica, e passaram a exercer a soberania nas ruas como meio de tomar em suas próprias mãos a luta pelas reivindicações. Mas a classe operária foi mantida amordaçada nesse período.

A alta inflacionária e os ataques aos serviços sociais públicos tem trazido à luta mais setores. Os rodoviários, garis do Rio de Janeiro e os metroviários de São Paulo mostraram a aproximação dessa tendência geral da classe operária.

O avanço da crise levará o proletariado a entrar em cena. As reivindicações gerais, levantadas em conjunto e sob o método da luta direta nas ruas projetará a luta de classes em defesa da vida das massas e contra os governos e os capitalistas. A defesa do emprego e salário estará no topo dessa plataforma de reivindicações, com as bandeiras do salário mínimo vital, reajuste automático (escala móvel de salários), estabilidade e emprego para todos (escala móvel de horas de trabalho – divisão de todo trabalho entre todos os patos, sem redução salarial). É nisso que deve apostar a vanguarda revolucionária.

O artigo abaixo foi o resultado do Encontro Operário realizado em julho pelos participantes do Boletim Nossa Classe.

Avança a crise capitalista e os trabalhadores têm de responder

Eis a situação:

1. A criação de empregos formais em junho foi a pior desde 1998;
2. No mês de junho, foram criados 25.363 empregos com carteira assinada, resultando 1.639.407 admissões e 1.614.044 demissões;
3. O setor agrícola, em função de ser um mês favorável, foi o que mais contratou. O de serviços e a construção civil mostraram perda de fôlego;
4. Os setores em São Paulo que mais demitiram em junho foram a indústria de automotores, reboques e carrocerias; produtos alimentícios e confecção de artigos de vestuário e acessórios. São Bernardo do Campo está entre as cidades em que mais ocorreram demissões;
5. Em um ano, a indústria paulista eliminou 96,5 mil postos de trabalho. Somente em junho, a indústria paulista demitiu 16,5 mil trabalhadores.

Não há outra saída para defender os empregos se não se romper o cerco da burocracia sindical

1. Os dados indicam que a crise econômica vem atingindo a economia brasileira. O governo, diante da queda do PIB, utilizava um elemento que lhe dava certa credibilidade, que era o chamado “pleno emprego”. Fato que não vem mais se comprovando. Havia, também, uma expectativa de que com a Copa do Mundo haveria mais contratações, particularmente no setor de serviços. Porém, isso não se confirmou. Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, no mês da Copa houve uma “redução drástica” de consumo. Essa situação se agravará nos meses que antecedem as eleições, porque pouco se altera na economia e, consequentemente, nas contratações. Como se vê, os economistas burgueses, a Fiesp e o próprio governo estão pouco otimistas com o crescimento da economia brasileira. Já há estimativa que o PIB crescerá menos de 1%.

2. Os números mostram a continuidade da queda de vendas de automóveis, acumulando 7,56% no primeiro semestre. Para recuperar e atingir a meta esperada, é preciso um crescimento de 14,3% nesse segundo semestre. O que significa a venda de 1,9 milhão de carros contra 1,6 milhão, ocorrida nos primeiros seis meses. As montadoras pressionam para que o governo continue subsidiando a produção para se contrapor à queda do consumo interno e das exportações, particularmente para a Argentina.
3. Segundo o Ministério do Trabalho, o número de trabalhadores em layoff cresceu de janeiro a maio, ultrapassando o total ocorrido no ano passado. Isso implicou o aumento de gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As montadoras são as que mais utilizam o layoff. No ABC, por exemplo, há 1300 metalúrgicos em suspensão temporária. No Paraná, em São José dos Pinhais, a Volks suspendeu 400 operários. No Rio, a PSA Peugeot Citroën utilizou o mesmo recurso para 650 metalúrgicos e, em seguida, fechou 650 postos de trabalho. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, a Mercedes Benz suspendeu mais de uma centena de trabalhadores. Para as montadoras, o layoff é um santo remédio porque se livra dos salários, porque o dinheiro do FAT cobre ou total ou quase totalmente os salários. Mas a exigência das multinacionais vai além. Querem que a suspensão integral (que pode durar até 5 meses) seja modificada, aumentando o tempo de layoff, mas com a obrigatoriedade de que os suspensos possam ser convocados eventualmente para cumprimento de algumas tarefas no caso de aumento da produção. Nesse caso, o FAT pagaria a bolsa-qualificação integral, mas proporcional à hora trabalhada. Como se vê, as montadoras querem uma mão-de-obra para eventuais necessidades de crescimento do mercado. Não querem se responsabilizar com a existência desse posto de trabalho.
4. Ao mesmo tempo em que a burocracia sindical do ABC ameniza o impacto das demissões nas montadoras, dizem-

do que se trata de trabalhadores em layoff e que podem retornar nos próximos meses, está obrigada a pressionar o governo para que coloque em vigor o decreto de rastreadabilidade das autopeças. O Programa Inovar-Auto, que vem sendo aplicado, possui um complemento, que é o da rastreadabilidade. Diz que, assim, seria possível controlar a origem das peças utilizadas pelas montadoras. O que em tese coibiria as importações, aumentando a produção nas autopeças nacionais. Para a burocracia, a adoção imediata permite a manutenção de empregos nesse setor. E que juntamente com o Programa de Renovação da Frota de Caminhões é possível defender os postos de trabalho. Alimenta, assim, a esperança de que sem luta é possível estancar as demissões.

5. Por outro lado, esses sindicalistas questionam a restrição ao crédito para a compra de veículos. Dizem que a redução do crédito bancário para o financiamento é um dos principais responsáveis pela queda no consumo. Apontam que para cada dez pedidos de financiamento, somente dois são aceitos pelos bancos. Reclamam que o sistema bancário não tem “responsabilidade social”, o que emperra a economia do País. Procuram demonstrar que não há razão para tamanha restrição, porque os índices de inadimplência são pequenos. E que é preciso maior pressão para que esse setor assuma sua responsabilidade, haja vista os enormes lucros obtidos, particularmente pelo Itaú Unibanco e Bradesco. A burocracia fecha os olhos para a política econômica do governo petista de favorecer os banqueiros com as altas taxas de juros e com pagamento da gigantesca dívida.
6. Aproveitando a reunião dos Brics, a burocracia das Centrais sindicais compareceu com seus pedidos ao governo e reclamou a presença nas reuniões que implicaram a criação do Banco de Desenvolvimento e Arranjo Contingente de Reservas. Quer que os governos dos Brics aceitem a presença das centrais no organismo recém-criado. Os burocratas fazem o papel de palhaços diante dos governos capitalistas que pretendem posar de independentes diante do capital financeiro internacional.
7. A burocracia sindical é um dos maiores obstáculos na defesa dos empregos. Não move uma palha em favor dos interesses coletivos dos trabalhadores. Está sempre pronta para defender o sistema capitalista de exploração do trabalho, embora tenha o discurso do “desenvolvimento sustentável”, “da responsabilidade social” e outros conceitos próprios do reformismo e da política de conciliação de classes. Presta, assim, serviços à ordem burguesa. É uma casta sindical que causou e vem causando prejuízos à luta do proletariado. Será por meio da luta de classe que se romperá esse cerco imposto pela burocracia sindical.
8. A situação de crise, inevitavelmente, impulsiona a luta dos explorados, que se choca com o aparato burocrático dos sindicatos e com a política de subserviência da burocracia.

Diante das demissões, defender:

- que os capitalistas arquem com o seguro desemprego a to-

dos que tiveram a demissão forçada até que sejam novamente recolocados;

- a estabilidade do emprego;
 - que haja imediatamente a redução da jornada para o aumento de postos de trabalho;
 - que se levante a bandeira de emprego a todos. Essa é a única via para se implantar a escala móvel das horas de trabalho.
1. A crise econômica tem gerado demissões. Não se trata de um problema pontual. O capitalismo vive sua crise estrutural, materializada na potencialidade das forças produtivas em choque com a propriedade privada monopolista dos meios de produção. Essa contradição vem se agudizando a cada crise do sistema de exploração do trabalho. As demissões e o desemprego crônico são consequências que pesam sobre a maioria assalariada. Não há solução do ponto de vista do capital para erradicar essas consequências. Com o governo Lula, alimentou-se a ilusão de que era possível um crescimento sustentável com pleno emprego e distribuição de riqueza. Durou pouco. A crise de 2008 pôs por terra as falsificações dos pretensos reformistas.
 2. No Brasil, o seguro desemprego é limitado há alguns meses. O direito é restrito a uma parcela de trabalhadores com carteira assinada. O seguro desemprego foi uma criação da burguesia para amenizar os efeitos das demissões e evitar as revoltas dos trabalhadores. O seguro desemprego é sustentado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dinheiro retirado dos próprios assalariados. Embora seja uma válvula de escape para a classe capitalista e seu Estado, os trabalhadores dele se valem como tábua de salvação provisória. Trata-se de exigir: a) que todos os demitidos e desempregados tenham o direito ao seguro-desemprego; b) que o tempo não seja limitado, valendo até o momento em que o trabalhador seja admitido; c) que seguro-seguro desemprego garanta o salário da ativa; d) que o seguro-desemprego seja inteiramente financiado pelos capitalistas. É preciso dizer com clareza que essas medidas não resolverão a questão das demissões e do desemprego. Trata-se, apenas, da defesa da existência do trabalhador e de sua família no seio do capitalismo.
 3. A luta da classe operária é para que não haja demissões e desemprego. Os empregados e desempregados devem erguer a bandeira da escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, a divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores. Isso para que não haja nenhum trabalhador ou jovem sem seu posto de trabalho. Ao lado da escala móvel das horas de trabalho, são fundamentais as reivindicações de estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução de salário. Essas bandeiras permitem que o trabalho de propaganda e agitação sirvam para que os explorados compreendam o funcionamento do capitalismo e lutem pelas reivindicações transitórias, como a escala móvel das horas de trabalho. Se o capitalismo não pode garantir emprego a todos, deve ser destruído pela revolução proletária e em seu lugar constituída a sociedade socialista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Burocratas sindicais querem copiar o Kurzarbeit alemão

As suspensões temporárias são as vias abertas para as demissões. As montadoras são carro-chefe na imposição dessas suspensões (layoff). E os metalúrgicos estão sob a navalha dos layoffs. Esse é a situação de milhares de trabalhadores.

Diante disso, as burocracias sindicais estão obrigadas a responder esse temor. Assim, a Tribuna Metalúrgica do ABC, de 22 de julho, disse que as Centrais estão empenhadas em criar uma “vacina contra a crise”. Por isso, farão um projeto de lei para ser encaminhado ao governo Dilma, propondo um “sistema de proteção ao emprego” nos moldes do alemão kurzarbeit. A essência é a ampliação do tempo de suspensão (proposta de até 2 anos) dos trabalhadores. E a redução dos salários dos suspensos. A proposta é a de que os capitalistas paguem 60% de seus salários, que serão reembolsados pelo governo.

Na realidade, a “vacina contra a crise” é a forma de colaborar com as montadoras e de semear a ilusão de que os empregos estarão garantidos após o vencimento da prolongada suspensão do trabalho. O fato é que recaem sobre os trabalhadores a suspensão, a redução dos salários, a obrigatoriedade dos cursos de qualificação.

Ao invés de “vacina” ou de cópia do Kurzarbeit, a campanha salarial dos metalúrgicos tem de estar voltada à luta contra as demissões. Rechaçar o layoff e todas suas variantes. Emprego não se negocia, se defende com a organização operária e a paralisação da produção.

Demissões atingem os bancários

Apesar dos gigantescos lucros dos bancos, que em 2013, alcançaram 56,7 bilhões de reais, o setor fechou 3.746 postos de trabalho somente no primeiro semestre de 2014. Os dados indicaram que os bancos contrataram 16.713 trabalhadores e demitiram 20.459.

Ainda mais: demitiram os trabalhadores com salário médio de R\$ 5.208,94 e admitiram com o salário médio de R\$3.283,30. O que revelam que os contratados são com salários menores. Que as mulheres que foram admitidas continuam recebendo salários inferiores aos dos homens. A média da remuneração dos 8.420 bancários é de R\$3.753,98; enquanto que das 8.293 bancárias, o valor médio é de R\$ 2.805,40. Entre os bancos que mais demitiram estão o Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC.

Estão aí três grandes problemas: 1) o retorno das demissões; b) a continuidade da rotatividade - demite e contrata com

Controle Operário da produção para defender os empregos na LBR

As empresas Lácteos Brasil S/A (LBR) surgiram da falência da Parmalat. O grupo foi criado em 2010 depois da fusão entre empresas fabricantes de leite e derivados Bom Gosto e LeitBom. O processo contou com recursos do BNDES, cerca de R\$ 700 milhões. O grupo se espalhou para várias regiões do país. Mas, em pouco tempo, começou o fechamento de fábricas, a chamada “reestruturação”. Agora, os empresários recorreram ao pedido de ajuizamento de recuperação judicial. O fato é que dos 6000 operários, menos da metade permanecem nas empresas com salários atrasados e não pagamento do FGTS.

O Sindicato da Alimentação e a Contac/CUT denunciam em palavras a situação em que se encontram os trabalhadores da LBR. A política desses dirigentes é a das ações judiciais para “garantir” seus direitos. Querem que o Juiz convoque uma audiência com os possíveis compradores da LBR para que os direitos trabalhistas sejam mantidos. E que os novos compradores assumam o “compromisso de não utilizá-la somente para especular”.

Como se vê, o sindicato utiliza o mesmo método do patronato: a justiça. E quer que a justiça convoque o sindicato para estabelecer um possível acordo entre a LBR e o novo comprador. Por essa via, não se assegurarão os postos de trabalho e os direitos que vêm sendo arrancados.

A ausência de uma fração de luta entre os trabalhadores impede que se combata a política da direção sindical e se levante a defesa dos postos de trabalho e dos salários. A bandeira que deve ser erguida é a do controle operário da produção. Ocupar as fábricas e colocá-las sob o comando dos que produzem.

salário menor; c) discriminação salarial entre homens e mulheres.

Uma campanha salarial por emprego, pelo fim da rotatividade e da discriminação salarial e pela reposição das perdas

O sindicato dos bancários tem pela frente esses grandes problemas. Os banqueiros se mostram irredutíveis. Os trabalhadores bancários devem preparar a greve nacional, corrigindo os erros das campanhas salariais anteriores. É preciso uma greve massiva, com piquetes e grandes mobilizações de rua. Nada de separar a greve dos bancos públicos da greve dos bancos privados. Também é preciso buscar a unidade com os setores que estarão em campanha salarial. Unidade nas ruas para derrotar a política centralizada dos capitalistas, sejam eles banqueiros, empresários e governos.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Ato político contra a repressão na Câmara Municipal de São Paulo

Em 18 de julho, houve um ato político pelas liberdades democráticas na Câmara Municipal de São Paulo, organizado por uma frente composta pela CSP-Conlutas, ASSIBEGE-SN/Núcleo São Paulo, Sindicato dos Metroviários, Fenametro, Sintusp, Oposição Alternativa – Sintaema, Uneafro, Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão, Comitê de Solidariedade do Povo Palestino, Fórum Popular da Saúde, Marcha Mundial das Mulheres, Mídia Ninja, Advogados Ativistas, MPL, MST, MTST, PSOL, PSTU/ANEL, LSR e parlamentares, nas figuras de Adriano Diogo e Juliana Cardoso, do PT.

O ato contou com aproximadamente 350 pessoas, sendo a maioria (80%) do MTST. Sua mesa foi composta pelos que organizaram o evento e foi aberto para falas do plenário, sendo a maioria de parlamentares e figuras públicas, como o candidato a governador Gilberto Maringoni (PSol), Luciana Genro (PSol), um vereador do PSTU do estado de Belém, Guilherme Boulos, Plínio Sampaio Junior, professores da USP, dentre outros. O POR também teve uma fala, concentrando a intervenção em três aspectos: primeiro que a repressão é obra do Estado burguês, desfechada sobre os movimentos que lutam pelas suas reivindicações (moradia, terra, emprego, salário, etc.); segundo, que não é pela via eleitoral e sim pela ação direta que combateremos a repressão e defenderemos nossas bandeiras, as eleições servem para iludir as massas, para a manutenção do Estado repressor e opressão de classe; e, terceiro, que a tarefa colocada para os movimentos de conjunto é constituir uma frente única contra a repressão e ir para as ruas para conquistar as reivindicações e o direito de lutar.

Aumento da repressão pressiona pela unidade dos movimentos e correntes de esquerda

A repressão do Estado tem recrudescido sobre os movimentos. A polícia tem cercado ostensivamente os atos de rua, tem falsificado provas contra manifestantes, e a justiça, fortalecida com novas leis anti-movimento, protege o capital e a ordem pública burguesa expedindo mandatos de prisão preventiva ou busca e apreensão de menores, como no caso dos 10 na véspera da abertura da copa, ou aos 23 na véspera de seu encerramento, dentre eles a Sininho, presa na casa dos pais no sul do país.

A repressão, que há muito se concentrava contra a juventude pobre da periferia, agora se desloca para os grandes centros urbanos e atinge também a juventude de classe média, como o Fábio Hideki, estudante e funcionário da USP, a Sininho, produtora de cinema e o Murilo, militante da Anel e estudante de direito da PUC, preso e torturado num ato de apoio aos metroviários. Após as manifestações de junho, a investida policial tem prendido dezenas de manifestantes de diferentes organizações de esquerda e ativistas independentes, ou mesmo agredido militantes, como a Luciana Genro, que levou esguicho de spray de pimenta da PM enquanto distribuía seu material de campanha eleitoral na rua.

O ataque direto aos movimentos sociais organizados tem pressionado as diferentes organizações a se manifestarem pu-

blicamente contra a repressão e a promoverem atividades de unidade, ainda que com caráter parlamentar e com discurso eleitoral. Agem porque passam a ser alvo da repressão.

Trajetória do reformismo e centrismo no combate à repressão

A base das correntes reformistas e centristas pressiona para uma mudança na conduta diante da repressão. Essas mesmas correntes que hoje organizam debates públicos contra a repressão, que denunciam os crimes da polícia, são as mesmas que se calam e se mantêm em silêncio diante dos 72 estudantes e funcionários presos e processados em 2011 na reintegração de posse da reitoria da USP, ou dos 12 presos e processados na reintegração de posse de um espaço ocupado para moradia na USP, ou aos 8 eliminados políticos, ou os atuais 27 condenados criminalmente na Unifesp de Guarulhos, cuja reitoria, vinculada ao PSol, em campanha eleitoral prometeu retirar todos os processos aos estudantes, mas não o fez. Mantêm-se em silêncio também diante do genocídio diário nos bairros periféricos da cidade, onde os crimes policiais são ainda mais bárbaros, como o caso da mãe de família arrastada pelo carro da polícia, ou os inúmeros casos da juventude exterminada abertamente. Essas mesmas correntes que em coro com a grande mídia defendeu os atos pacíficos, responsabilizando os Black Blocs pela violência policial. Essas mesmas correntes que agora são vítimas da polícia por distribuir panfleto nas ruas.

Seja qual for o governo, sempre agirá de acordo com os interesses da burguesia, em defesa da propriedade privada capitalista e aplicação das leis repressivas

Os reformistas e centristas não têm por princípio o combate à repressão do Estado policial, porque se assim o fizessem concluiriam na necessidade de destruir o Estado burguês que detém o monopólio da violência para impor a exploração de classe. Limitam-se a vincular a repressão a este ou aquele governo e se apresentam como uma alternativa eleitoral para constituírem um governo mais humano, com uma polícia mais humana, sob a bandeira de desmilitarização da PM, defendida pelo PSOL e PSTU.

A fase imperialista não permite um capitalismo humano de seguridade e amparo social. Os governos serão mais ou menos repressivos em conformidade com a economia. O período de crise que vivemos obriga os governos, a mando da burguesia centralizada, a conterem as massas por meio da repressão.

A omissão da origem da repressão do Estado, assentada na propriedade privada, serve aos interesses eleitorais dessas correntes, e com isso, auxiliam a burguesia em sua investida para a retirada das massas das ruas. As correntes reformistas e centristas buscam canalizar as insatisfações das massas para as urnas, no “voto progressivo”. Custará caro para a classe operária e demais oprimidos se manterem iludidos no parlamento burguês. Custará os empregos, os salários, a estabilidade no trabalho, a aposentadoria, custará os serviços públicos todos arruinados. Essas correntes são forças internas ao movimento

que imprimem uma política na contramão da tendência das massas de ocuparem as ruas para conquistar suas reivindicações, desviando seu atual rumo de ação direta para as urnas.

A mudança de junho

A ocupação das ruas em substituição aos métodos eleitorais é uma conquista das massas por meio dos levantes multitudinários de junho de 2013. A burguesia usa da sua força repressiva para arrancar essa conquista e conter os movimentos a rédeas curtas. A condição para despejar a crise capitalista sobre as massas é tirá-las das ruas.

A tarefa dos movimentos é organizar uma plataforma de reivindicações comuns, que contenha a luta contra a repressão, e se manter nas ruas para enfrentar os governos. A retração econômica mundial aprofundará a exploração de classe. Cabe aos movimentos de conjunto se organizarem, convocarem as-

sembleias de base e aprovar medida concretas de defesa dos empregos e salários, a essência da defesa da vida das massas. É preciso também constituir e fortalecer os comitês contra repressão de maneira a superar a dispersão e combater de maneira organizada a repressão do Estado policial. É preciso constituir os comitês de luta contra a repressão em todo o país. Articular sua atuação de forma alcançar a mais ampla unidade na defesa coletiva jurídica e política de todos os atacados pela perseguição política, presos ou processados. Os comitês têm como tarefa denunciar amplamente cada um e todos os ataques contra os lutadores; organizar a sua defesa de forma coletiva, tanto jurídica como politicamente, buscando os recursos materiais e políticos para efetivá-la; fortalecer a unificação dos movimentos ao redor das reivindicações, dentre elas a luta contra a repressão, impulsionando a luta unitária e independente das massas contra os governos e os capitalistas.

Ato vigília em defesa dos processados da Moradia Retomada – USP

No dia 23 de julho, ocorreu a audiência de 11 dos 12 presos na reintegração de posse de parte do bloco G do CRUSP (Conjunto Residencial da USP). A audiência foi chamada pelo juiz para oferecer um acordo chamado de “suspensão condicionada”. Com ele, os processados ficariam de “molho” por dois anos, tendo de prestar satisfações à justiça periodicamente e com várias restrições, como viajar e frequentar bares (com uma espécie de toque de recolher).

O comando de mobilização da USP, junto à Amorcrusp (Associação de Moradores), organizou um ato vigília para dar força aos perseguidos políticos e não deixar nenhum companheiro sozinho. Com faixas escritas com reivindicações de moradia e contra a repressão, cerca de 40 manifestantes se mantiveram em frente ao fórum onde ocorreria a audiência. A vigília não deixou de contar com a presença da tropa de choque (que chegou a piquetar por um tempo a entrada do fórum) e contou até com um helicóptero no início da manifestação, o que só reforça o caráter político da perseguição.

Os processados negaram o acordo e agora têm 10 dias para

apresentar as suas defesas.

A reintegração da Moradia Retomada contou com um efetivo de mais de 200 homens da PM, que cercou todo o CRUSP (moradia estudantil, onde ficava a moradia retomada) e prendeu 12 pessoas no dia 19 de fevereiro de 2012. A reocupação do espaço, que já havia sido moradia e que depois foi tomado pela reitoria para ser transformado em escritório, aconteceu em 2010, em meio à luta por moradia e contra a política de perseguição política aos lutadores aplicada pelo órgão de assistência social, SAS (antiga COSEAS).

As prisões e processos a esses companheiros são um ataque ao conjunto do movimento dos que estudam e trabalham, em consonância com o elitismo e privatismo que a burocracia aplica na universidade em nome do Estado burguês. Por isso, não podemos aceitar nenhuma punição:

Pelo fim dos processos contra os companheiros da Moradia Retomada!

Pelo fim de toda perseguição política contra os movimentos dos que estudam e trabalham!

Liberdade imediata de todos os presos políticos!

Rio Grande do Norte

Polícia do RN indicia 16 manifestantes por crime de formação de quadrilha

A repressão se instala em todo o país. O governo, do federal aos municipais, utiliza-se de mecanismos cada vez mais repressivos, com o objetivo de impedir a luta dos trabalhadores e juventude oprimida. Diante das medidas tomadas contra os manifestantes no Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, Natal também não ficou de fora. Foi rápida em dar andamento ao processo contra os manifestantes que ocuparam a Câmara municipal em 2013. Um total de 16 pessoas estão sendo acusadas de formação de quadrilha, depredação ao patrimônio público e falsidade ideológica.

Polícia indicia manifestantes na mesma semana do aumento de passagem

Os estudantes iniciam os protestos contra o aumento de passagem e prontamente a justiça desengaveta os processos com um claro objetivo de impedir a continuidade da luta. Justamente na mesma semana em que os empresários anunciam o aumento da passagem de 2,20 para 2,35 (para o dia 27/07), que desde 2011 vem sendo barrado por força da luta coletiva nas ruas. No entanto, os atos minoritários iniciados este ano têm sofrido forte repressão policial. Além dos infiltrados, a polícia na última manifestação exigiu as identidades dos manifestan-

tes e descaradamente fotografou todos, além das provocações e xingamentos por parte dos policiais que acompanhavam as manifestações.

Unidade das manifestações e democracia operária

Frente aos ataques da burguesia na tentativa de impedir as manifestações, é necessária a constituição de uma frente única, com decisões coletivas, e respeito à democracia operária. A divisão do movimento não tem servido para fortalecimento do enfrentamento à burguesia. As greves e manifestações que ocorreram no último período no RN provaram que o corporativismo capitaneado pelas centrais e direções sindicais não servem para derrotar o governo. O mesmo vale para as direções do movimento estudantil que pretendem derrotar os empresários de transporte sem a unidade das reivindicações, o que vai além da luta contra o aumento da passagem.

Rio Grande do Norte

Contra a perseguição política ao professor do PSol

Abriu-se um conflito entre os docentes do Mestrado em Educação da UERN, em virtude da seleção deste ano, que culminou na suspensão do processo. Os críticos ao professor Jean afirmam o uso de seu poder de membro da banca avaliadora para influenciar o resultado em prol do seu irmão inscrito no processo seletivo. O professor, por sua vez, afirma que o anonimato das provas impedia-o de saber a identidade das avaliações sob sua responsabilidade e, portanto, a Coordenadora do Mestrado e demais colegas, feriram a impessoalidade do processo ao romper com o anonimato das avaliações. Jean Mac Cole entrou na justiça pedindo o cancelamento do processo seletivo mas antes de sair o resultado o Colegiado do Mestrado anulou o processo e já realizou outro onde o irmão do professor foi reprovado.

Agora, o Colegiado, segundo o professor do PSOL, aprovou uma carta de censura e o ameaça de advertência funcional com exclusão dos quadros dos docentes do Programa de Pós-graduação em Educação.

A corrupção e o tráfico de influência são comuns nos

Greve nas Estaduais Paulistas: governo e reitoria ameaçam brutal repressão

No dia 25/07, a reitoria da USP divulgou uma nota informando que obteve uma liminar para impedir a realização de piquetes em todos os prédios da universidade. Para garantir o cumprimento dessa ordem, o juiz autoriza o uso de força policial. Ao mesmo tempo, há uma orientação para que os dirigentes das unidades anunciem o desconto de ponto dos grevistas. As medidas apontam para uma radicalização do governo/reitorias contra a greve, que já dura mais de 60 dias.

A generalização do que já se fazia no H.U.

A proibição dos piquetes e o uso da força policial não são novidade nessa greve. Os funcionários do Hospital Universitário (H.U.), em greve pela primeira vez em duas décadas, têm

Constituição de comitês de luta contra a repressão

O POR tem dado um combate ao divisionismo, e chamado a constituição dos comitês de luta contra a repressão. As divergências com determinados setores do movimento não devem servir de justificativas para não combater a política repressiva da burguesia. É tarefa dos mandatos do PSTU – Amanda Gurgel e PSOL – Marcos e Sandro Pimentel repudiar os processos que foram abertos pelo presidente da Câmara de Natal e atuando na organização de um movimento forte pela imediata retirada dos processos.

O POR continuará convocando a constituição de comitês, pois a repressão só tende a se acirrar. Unificá-los, empunhando as reivindicações gerais e mais sentidas dos oprimidos, nos bairros, nas universidades, nos locais de trabalho, construindo uma plataforma de reivindicações que será conquistada pelo método proletário, como greves, manifestações de rua, ocupações, etc.

processos seletivos dirigidos pela burocracia universitária, composta em sua maioria pelos docentes universitários, que incorpora as atitudes de governo da burguesia trazendo-as para dentro da universidade. Todo processo na universidade submetido ao controle da minoria está sob a possibilidade do poder autocrático desta mesma minoria. Esse é o problema fundamental nessa pendenga entre o professor do PSOL e os demais colegas do Colegiado do Mestrado em Educação da UERN.

A Corrente Proletária na Educação não concorda com o professor do PSOL que entrou na justiça contra a Universidade. O método correto de lutar contra a perseguição política é o da ação direta das massas. A interferência da justiça nas questões internas da universidade fere a sua autonomia. Em todo caso, repudiamos a perseguição política impetrada pelo Colegiado contra o professor Jean do PSOL, defendendo uma comissão tripartite (estudantes, professores e funcionários, com maioria estudantil) da comunidade universitária, independente do Colegiado e do professor, para resolver o conflito.

sofrido a repressão policial em seu piquete e as medidas judiciais antigreve.

Tudo indica que reitor/governo pretendem generalizar essa prática para as demais unidades, tendo em vista a retomada das aulas em 04 de agosto. Ou seja, é uma medida de ameaça e pressão, não apenas sobre os funcionários, mas também sobre os estudantes que montaram suas barricadas de carteiras nos corredores das unidades. A liminar chega a citar o uso de “móveis” para impedir a circulação de pessoas.

A ameaça de corte de ponto é mais uma medida de pressão contra a greve dos funcionários, os mais organizados e mobilizados neste movimento. Aponta para uma mudança de tática da reitoria.

A tentativa de jogar migalhas

Poucos dias antes da liminar, o conselho de reitores convocou os sindicatos para uma reunião a fim de negociar outros pontos da pauta de reivindicações, pontos que não sejam salariais. Impôs a condição de deixar a negociação salarial para outubro/novembro, ou seja, manter por hora o congelamento dos salários.

A proposta de reajustar o vale refeição e outros pontos deveria servir como migalhas aos grevistas. Uma porta de saída para as direções deixarem a greve. Mas as bases estão radicalizadas contra o congelamento salarial. As discussões nas assembleias apontam para a necessidade de pressionar diretamente o governo. Organiza-se um ato para o dia 14/08, diretamente no Palácio do governo, para pressionar o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A greve afetará os estudantes

Nas unidades, há muitos casos de professores que não deram aula, aderiram à greve, mas combinaram com seus alunos a entrega de trabalhos e realização de provas pela internet. O sindicato docente e a assembleia de professores aprovaram a não entrega das notas.

Configurou-se dessa forma uma greve formal de parte dos professores. O apoio dos estudantes à reivindicação salarial se mostrou passivo. A realização de trabalhos e provas anula boa parte da pressão da greve. A não entrega procura contornar o problema. Mas o reinício das aulas recolocará o problema. As notas dos estudantes obtidas durante a greve vão valer ou não? E o reinício das aulas, se dará com a continuidade da entrega de trabalhos e provas?

A volta dos estudantes das férias os pressionará para agir diante do impasse entre governo/reitorias e funcionários/professores. O resultado do conflito depende em grande parte da ação dos estudantes.

Por uma mudança de rumo na greve

A reivindicação salarial de funcionários e professores se choca com o fundamento da chamada crise orçamentária apontada pelo reitor para impor sua política de cortes de gastos. Segundo Zago, a USP está quebrada por causa dos salários. Para ele, a saída é o congelamento, demissões de terceirizados e cortes de bolsas e ataques à permanência estudantil.

As reivindicações dos estudantes colidem com a política traçada por Zago. A recuperação da EACH contaminada, a conquista de vagas para a moradia, a implantação das cotas, a contratação de professores e funcionários necessários, tudo

isso se choca com a linha de cortes.

As reivindicações de estudantes, funcionários e professores no seu conjunto se ligam na questão do orçamento e do poder na universidade.

Desde o início do ano, temos apontado a necessidade do movimento responder à suposta crise orçamentária de forma independente. Ou seja, convocando a assembleia geral universitária, de forma que ela apure a real situação das contas da universidade, investigue os favorecimentos e a corrupção da burocracia dirigente, aponte as reais necessidades orçamentárias de forma a atender as reivindicações, que devem ser supridas integralmente pelo Estado, julgue e puna a casta burocrática privatista e corrupta, tirando-a do poder e em seu lugar constituindo um governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

Essa bandeira permite colocar o conflito de forma aberta entre burocracia/governo e os que estudam e trabalham. Rejeita a farsa das auditorias do governo e da reitoria. Combate o privatismo, exigindo as verbas públicas para atender as necessidades reais. Projeta a luta por reivindicações parciais numa luta geral de todos para o atendimento de todas as reivindicações. Permite a luta unitária e sem submissão de um setor pelo outro. Inviabiliza a negociação de migalhas que servissem à divisão e dissolução da unidade da mobilização. Coloca a defesa da universidade pública e gratuita e seu controle coletivo pelos que estudam e trabalham. Permite a mobilização unitária e de enfrentamento ao governo e seus lacaios, colocando a necessidade da real autonomia universitária. Assentado no método da luta de rua, abre a possibilidade de unidade com os demais movimentos sociais, em particular o proletariado.

Diante da intransigência governamental e dos reitores, é preciso recolocar a questão: qual a real situação da universidade? Quem a criou? Como resolvê-la? Quem decide sobre tudo isso? É convocando a assembleia geral universitária e colocando-lhe a tarefa de se pronunciar sobre a crise orçamentária de forma independente o caminho para superar o impasse.

Rechaçar a polícia no interior da universidade, mantendo os piquetes com a ação coletiva e massiva, derrotar a pressão pelo corte de ponto, organizar a manifestação de pressão direta sobre o governo, todas essas medidas devem ser combinadas com a resposta independente, e de forma coletiva pelos que estudam e trabalham, à suposta crise orçamentária, fomentada pelo governo para impor mais privatização, precarização e elitização da universidade.

Paraná

Encontro de Estudantes de Serviço Social sob a bandeira estalinista da Universidade Popular

Nos primeiros dias de agosto acontecerão dois eventos: o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social na UFSC e II Seminário Nacional de Universidade Popular na USP, ambos dirigidos pelo Movimento por uma Universidade Popular (MUP). Este movimento é dirigido pela corrente *Juventude Comunista Avançando*, fração estudantil da *Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes* (CCLCP), de filiação estalinista.

Há já alguns anos esta corrente vem controlando a organização nacional dos estudantes de serviço social, constituindo-se num bloqueio ao necessário combate que os estudantes precisam travar contra a política privatista do governo, contra o divisionismo do PSTU e contra a orientação oficialista da direção da UNE.

A sua bandeira de *Universidade Popular* tem servido para

agrupar as correntes reformistas do PSOL e o Levante Popular da Juventude, braço da Consulta e com quem fazem frente para bloquear o centrismo (PSTU), que disputa com eles a direção do movimento de estudantes de serviço social. A superação da sua hegemonia, no entanto, exige que se faça a crítica programática à Universidade Popular, do contrário se permanece no campo da mera disputa aparelhista.

O que é a Universidade Popular

O MUP defende uma “universidade transformadora, criadora de indivíduos críticos a essa sociedade capitalista”. Eles imaginam que no marco do capitalismo atrasado brasileiro seja possível a existência de uma “universidade que seja uma instituição-chave na resolução das mazelas históricas que afligem nosso povo”. Por isso defendem “que a universidade brasileira seja uma Universidade Popular, ou seja, uma trincheira das reivindicações populares”. Pois para eles existiriam “ferramentas que o povo tem a sua disposição dentro da universidade”. Embora reconheçam que a universidade tem sua “estrutura, funcionamento e recursos hegemonicamente aparelhados pelas elites”, afirmam que não seria “impermeável à dinâmica de disputas” por isso concluem que existe “possibilidade de disputa”. Para provar onde ocorrem estas disputas do “povo contra as elites” dentro das universidades, mencionam os “projetos de extensão populares, projetos de pesquisa voltados à solução das necessidades do povo, uma semana de arte popular, fórum de licenciaturas, etc.”.

A ideia de disputa, portanto, é o fio que costura a sua intervenção a ponto de explicitar o que deveria ser fortalecido: “Essas são exemplos de disputas, ainda que pontuais, que devem ser fortalecidas se quisermos apontar para a construção de uma outra universidade”. E, dentre os instrumentos que devem ser fortalecidos, eles listam, ademais do DCE o SINTUFSC, APUFSC, **reitoria**, etc. também!”. Sim, a “reitoria” é listada como instrumento pela Universidade Popular!

Na convocação do 2º Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP), a realizar-se na USP, nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 2014, eles definem o que entendem por Universidade Popular: “Entendemos por Universidade Popular uma universidade que contribua para superar a atual subordinação da educação à reprodução do capital, que coloca o lucro acima das necessidades humanas”.

Nas resoluções do VI *Juventude Comunista Avançando* realizado em 2011, se fundamenta a bandeira da *Universidade Popular* na necessidade de contrapor um projeto global “identificado com as necessidades dos explorados e oprimidos” ao “projeto global de universidade pautado pelas necessidades do capital”. De acordo com esse documento, “a hegemonia na universidade, **atualmente**, é dada pelo capital, sobre a tríade dos monopólios, imperialismo e latifúndios”. [Destaque nosso].

O que se evidencia na exposição da bandeira e fundamentação da universidade popular é a velha e requeitada perspectiva estalinista de que o “inimigo correto” no Brasil seria composto pela “tríade” monopólios, imperialismo e latifúndios. Esta insistência na delimitação de quem é o “inimigo correto” serve para afirmar que a revolução no Brasil deve ser apenas democrático-burguesa, jamais proletária. É claro que os documentos não formulam com esta clareza, mas todas as vezes que avança na definição da “revolução”, esta é definida como

vagamente “socialista” ou então com expressões mais ambíguas ainda como na ideia de que os quadros da JCA seriam os “elementos conscientes de ligação entre o áspero viver atual e a **potencialidade humana futura**”.

Nesta perspectiva, se embeleza a universidade burguesa afirmando-se o disparate de que “a universidade brasileira, desde sua implementação, vem cumprindo um papel importante na sociedade, configurando-se no espaço de desenvolvimento de ciência e tecnologia”, ocultando-se que a universidade brasileira é produto tardio do Estado atrasado e semicolonial, surgido na época do imperialismo quando o monopólio da ciência e tecnologia estava largamente estabelecido em mãos das potências imperialistas. Mas esta falsificação é necessária para se afirmar que só **atualmente** a hegemonia dentro da universidade seria dada pela tríade monopólios, imperialismo e latifúndios. Na medida em que não se concebe a universidade como uma superestrutura determinada pela decomposição do capitalismo, e, portanto, irreformável, irrecuperável sob o capitalismo, pois nesta etapa o capital só destrói forças produtivas e não comporta mais um largo desenvolvimento delas, é possível então justificar toda sorte de ilusões nas “potencialidades” “críticas”, “criadoras”, e claro, populares desta apodrecida instituição.

Imaginar que a universidade seja reformável sob o capitalismo é o complemento da concepção reformista que o Estado burguês possa ser utilizado contra o capitalismo, ou seja, que não há necessidade de destruir o capitalismo para se realizarem as “potencialidades humanas” ou a “emancipação humana”. Mais do que isso. O MUP concebe que a bandeira de UP serve precisamente para isso, pois entende que a “universidade seja uma instituição-chave na resolução das mazelas históricas que afligem nosso povo”. Não estranha, portanto, que, nesse delírio, dentre os instrumentos que devem ser reforçados para transformar a universidade numa “trincheira das reivindicações populares”, compareçam as burocracias sindicais (SINTUFSC, APUFSC) e a **reitoria**!, expressão mais acabada da burocracia universitária, braço do Estado burguês e do capital dentro das universidades.

A estas determinações “programáticas” há que somar o seu complemento “prático” traduzido nas bandeiras defendidas no movimento concreto. Nas resoluções do VI ENJCA se postula a defesa “a realização de uma auditoria da dívida pública”, sequer se insurgindo claramente contra o domínio imperialista e sua imposição sobre a nação oprimida. Também no capítulo das universidades se defende a luta nas universidades pagas pela “qualidade de ensino, pelo congelamento/rebaixamento de mensalidades” e nenhuma palavra de estatização de todo o sistema privado. Como se vê, sob o rótulo da Universidade Popular, os estalinistas capitulam diante do sistema privado de ensino.

Quanto à UNE, limita-se a criticar a burocratização e despolitização, sem entrar na crítica à política governista a que serve a direção, evidentemente porque não há uma oposição principista com a política do governo. À ANEL criticam o “hegemonismo”, e não a sua política divisionista.

O fundamental é que a discussão sobre a Universidade Popular desvia a atenção do movimento estudantil dos reais problemas. A gigantesca expansão do ensino privado e a decadência do ensino público superior expressam a decomposição do capitalismo e a falência da burguesia nacional. O retrocesso

do movimento estudantil se deve à adaptação de suas direções e de suas organizações ao ensino mercantilizado. A bandeira do ensino público, gratuito e científico foi simplesmente abandonada. Sobrevive tão somente na retórica reformista de “verba pública somente para a escola pública”. Os mais estúpidos propõem democratizar o ensino privado. As lutas estudantis, no último período, particularmente na USP, têm permitido traçar um outro caminho: o da defesa do controle da universidade pelos três setores (estudantes, professores e funcionários), por meio da assembleia universitária e da constituição de um governo tripartite eleito pelo voto universal. O combate por livrar a universidade do controle da burocracia acadêmica e do Estado coloca a tarefa mais geral de conquistar um sistema único, público, gratuito, científico, vinculado à produção social.

É necessário que os estudantes assumam o objetivo de aca-

bar com o sistema privado e colocar o sistema público sob o controle coletivo de quem estuda e trabalha. Somente assim se poderá discutir seriamente a ligação da universidade com a produção social e sua função científica. É claro que os estudantes isoladamente não poderão levar a luta até esse ponto. Está aí por que é imprescindível que o movimento estudantil se coloque sob a direção da classe operária, ou seja, de seu programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

A Corrente Proletária na Educação/POR propõe ao Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social que discuta criticamente as experiências da luta estudantil na USP e em outras universidades. Que avalie a relação dos estudantes de serviço social com o movimento estudantil em geral, suas organizações e suas tarefas políticas.

Rio Grande do Norte

Assembleia geral de estudantes do dia 30 – aprovar uma pauta de reivindicações

A Corrente Proletária Estudantil, juntamente com os estudantes aliados que formaram a chapa União e Ação, conquistando 40% dos cargos da direção do DCE, conseguiu pressionar a direção majoritária para a convocação de uma assembleia geral de estudantes. Apesar da data próxima do fim do semestre, temos trabalhado muito para garantir a participação massiva dos estudantes.

A Juventude do PT (JPT), maioria da direção do DCE, não tem interesse na ampla divulgação e participação dos estudantes em assembleia. Defensores das ideias do governo federal (PT/PMDB/PCdoB) e aliados da Reitoria amiga do DEM, os governistas oficiais não querem se expor com a base na defesa das políticas de sucateamento e destruição das universidades públicas.

A Corrente Proletária/POR e os estudantes aliados diretores do DCE têm incentivado as assembleias de curso preparatórias para a assembleia geral. É o curso de Administração e Pedagogia com assembleia marcada para o dia 23, Filosofia para o dia 24, Gestão Ambiental para o dia 25, visitamos ainda o núcleo de Caraúbas, Patu e vamos visitar o Campus de Natal. Além disso, o Conselho de Entidade de Bases (CEB), marcado para o dia 24, reunião dos representantes de direções dos centros acadêmicos, deve refletir as propostas aprovadas pela sua base.

A assembleia deve aprovar uma pauta de reivindicações, que inclua a melhoria das condições de aula dos cursos e aprove a ida de todos a Reitoria para entregar numa manifestação essa pauta, exigindo o imediato atendimento das reivindicações estudantis.

Aprovar uma pauta de reivindicações

No dia 30 de julho a direção do DCE estará convocando uma assembleia geral de estudantes. Os problemas da UERN se avolumam e nós estudantes precisamos nos posicionar. O setor minoritário da direção do DCE (Corrente Proletária Estudantil e aliados) entende que é o momento de aprovarmos uma pauta de reivindicações para apresentá-la a reitoria e lutar pelo seu cumprimento. Para a construção dessa pauta, apresentamos algumas propostas:

1. Enem: é apresentado pelo governo federal como uma política de democratização do acesso ao ensino superior. Existe há mais de 10 anos e são cerca de 05 anos utilizado como instrumento de acesso às universidades federais. Entretanto, através do Dossiê Andes sobre o Reuni, temos conhecimento que o Enem tem servido à mercantilização da educação pública, precarização do trabalho docente e destruição do ensino superior. Em 2013, foram 2 milhões de inscritos no Enem e o governo não conseguiu preencher as 130 mil vagas; em 2012, dos 108 mil selecionados, 57% ficaram sem suas vagas; a UFC, após várias chamadas, terminou com 28% de suas vagas ociosas. O Enem é um fracasso enquanto programa de democratização do acesso ao ensino superior.

A Reitoria está aderindo ao Enem sem discutir com a sua comunidade universitária o impacto dessa adesão sobre a UERN. A reunião do dia 03 de junho, a única ocorrida na própria universidade, não foi divulgada. A maioria da comunidade universitária, que são os estudantes, não puderam participar. A imensa maioria dos presentes se tratavam dos próprios membros da Reitoria. **Nossa proposta:** que o Consepe só decida sobre o assunto depois de uma ampla discussão com a comunidade universitária sobre os impactos na UERN da adesão ao Enem.

2. Restaurante Universitário (RU): a alimentação é fundamental para a defesa da permanência dos estudantes nas universidades, é a condição mínima para garantir a participação em projetos de pesquisa, extensão e demais atividades extracurriculares. **Nossa proposta:** RU gratuito, em local adequado e comida digna.
3. Alimentação para os residentes: a assistência estudantil é fundamental para todos os estudantes. Mas principalmente para aqueles colegas que estão longe de seus lares e familiares. Não é possível a estadia precária e sem alimentação dos estudantes de condições sociais mais difíceis na UERN.

Além de não contarem com o apoio e afeto de suas famílias, são jogados pela Reitoria em condições desalentadoras. **Nossa proposta:** que a Reitoria garanta três refeições diárias para os/as estudantes residentes.

4. Carteiras de Estudantes: Somos contra a contribuição forçada dos estudantes para as entidades estudantis, DCE por exemplo. Não concordamos em financiar organizações como a ANE e URNE, empresas que existem apenas para lucrar com a venda das carteiras de estudantes, portanto, para nos explorar. As carteiras de estudantes, como seu preço, o quanto vai para o DCE e quem vai produzi-la deve ser uma decisão dos próprios estudantes. **Nossa proposta:** carteira de estudante feita por uma entidade estudantil, a preço de custo com contribuição voluntária dos estudantes (os estudantes decidem quanto querem contribuir financeiramente para o DCE).
5. Cargos do DCE: a chapa União e Ação que compomos nas

eleições da direção do DCE conseguiu 40% dos votos, o que nos garantiu 04 cargos dos 11 da direção. O grupo majoritário da direção do DCE agora quer nos dizer quais são os membros da nossa chapa que devem ocupar nossos cargos. Isso não existe! Quem escolhe os membros da chapa que vão ocupar o DCE são os próprios membros da chapa.

6. Movimento Pau de Arara: estão ocorrendo reuniões em Mossoró, na praça de frente à Biblioteca Municipal, que discute o transporte coletivo. Os estudantes da UERN devem se integrar a esse movimento ativamente. **Nossa proposta:** formação dos comitês de bairros para organizar a luta de rua pelo passe livre para estudante e desempregado, transporte coletivo totalmente estatal.

Essas são algumas das nossas propostas a serem apresentadas na assembléia geral de estudantes do dia 30 de julho. Venha, participe! Traga as suas e vamos construir juntos a luta por nossos direitos. A união da ação traz a vitória, TODOS A LUTA!

Burocracia sindical liderada por Cláudio Fonseca foi reeleito para mais um mandato no SINPEEM

Ocorreram, no dia 18 de julho, as eleições para a diretoria do SINPEEM. Seis chapas estavam na disputa. O resultado final foi o seguinte: a Chapa 1, com 61%; a Chapa 2 obteve 29% e a Chapa 3 com 6%. Enquanto que as demais somaram 4%. Sendo que a chapa do Partido da Causa Operária obteve menos votos do que os membros necessários para o registro da chapa. O que mostra o artificialismo dessa corrente, sem expressão real nas bases. Compareceram somente 5.963 trabalhadores votantes. O significado desses números é a continuidade da corrente Compromisso e Luta, liderada por Cláudio Fonseca, à frente da entidade. Vale lembrar que o caudilho preside o SINPEEM há cerca de duas décadas.

A realidade impõe um balanço crítico dessas eleições, para que os trabalhadores se mantenham organizados e preparados para enfrentar os ataques da burguesia e seus governos. Estas eleições se deram logo após o encerramento da greve de 42 dias, encerrada em 3 de junho. O fato da greve ter gerado algumas conquistas parciais e limitadas à categoria, provocando uma ilusão temporária quanto às condições gerais de trabalho na rede municipal, favoreceu o caudilho. A insatisfação presente nos momentos agudos da greve foi aplacada e pôde se expressar apenas parcialmente em voto oposicionista. É verdade que a negativa do governo em conceder a dispensa de ponto para que os trabalhadores pudessem votar interferiu no resultado. A dispensa era um costume e a ruptura de Haddad com esse acordo revela novamente a face autoritária e truculenta da administração petista.

A burocracia (chapa 1) aproveitou a não dispensa do ponto para convocar os aposentados. Daí o comparecimento significativo dos aposentados e a pequena presença dos trabalhadores da ativa. Assim, a chapa 1 foi eleita com o voto dos aposentados e com um quórum extremamente reduzido

de votantes. Por outro lado, o alto índice de abstenção demonstra o quanto a classe se encontra despolitizada e dependente do abono de ponto para comparecer nas eleições sindicais. Basta que verifiquemos os números: no pleito de 2011, compareceram às urnas 27.481 trabalhadores da educação, enquanto que em 2014, somente 5.963. Ou seja, votou somente uma vanguarda que participou ativamente da greve e uma parcela de aposentados e apoiadores da burocracia.

A oposição compareceu dividida nas eleições. A “Unidade da Oposição” (Chapa 2), composta pelo PSOL, PSTU, POR e independentes, subiu de 26% para 29%, em relação às eleições passadas. A Corrente Proletária/POR divulgou um manifesto apontando suas diferenças em relação ao programa aprovado na Convenção que constitui a chapa oposicionista. Esse resultado eleitoral permitirá que alguns membros da chapa 2 façam parte da direção do sindicato, de acordo com a proporcionalidade.

A tarefa imediata que fica para a “Unidade da Oposição” é a de realizar uma plenária para discutir o resultado eleitoral e as tarefas colocadas. A resistência à realização de plenárias regulares deve ser quebrada. Está mais do que na hora de romper com o método das reuniões de cúpula. Os trabalhadores não podem mais ser chamados somente para referendar as decisões tomadas pelas lideranças das correntes políticas. A Corrente Proletária na Educação sempre se colocou contrária a essa prática. Continuará exigindo a organização da oposição conforme os métodos da democracia operária. Isso porque mantém firme sua convicção sobre a enorme importância da intervenção programática nos sindicatos, lutando para constituir uma fração revolucionária, tarefa imprescindível no caminho da transformação das lutas instintivas em ação consciente e coletiva das massas, em choque com o Estado burguês.

Disputa interburguesa na Bahia

O cenário político-eleitoral na Bahia já está praticamente definido. O Partido dos Trabalhadores (PT) saiu na frente das demais coligações. Pretende eleger o sucessor do atual governador Jaques Wagner, há oito anos no poder estadual. O partido escolheu o ex-secretário de governo e deputado federal Rui Costa dos Santos como candidato a governador. Constituiu, para tanto, uma coligação “Pra Bahia Mudar Mais” (PT / PP / PSD / PDT / PR / PC do B / PTB / PMN / PT do B / PHS). Conta com o apoio do governo federal de Dilma Rousseff e com uma estrutura de financiamento dos setores capitalistas mais beneficiados pelos governos.

A oposição de direita trabalhou pela escolha de uma única candidatura, que pudesse reunir PSDB, PMDB e DEM. Depois de certa indefinição, finalmente foi escolhido o nome de Paulo Souto (DEM) como candidato pela coligação “Unidos pela Bahia” (DEM / PSDB / PMDB / SD / PTN / PROS / PRB / PSC / PTC / PV / PPS / PRP / PT do B / PSDC / PHS). Na linha de frente encontra-se o atual prefeito de Salvador, ACM Neto.

Outras candidaturas foram inscritas, como de a Lídice da Mata e Souza (PSB) pela coligação “Um novo caminho para a Bahia” (PSB, PSL, PPL), que caminha por fora das grandes candidaturas, embora no período anterior fizesse parte da base de apoio do governo federal e estadual. Após o afastamento do PSB nacionalmente, passou ao campo da oposição moderada. Outra candidatura menos expressiva é a de Rogério Tadeu da Luz, do PRTB, pela coligação “Por uma Bahia livre e justa” (PRTB, PEN).

No campo das esquerdas, destacam-se as candidaturas de Marcos Antônio Guimarães Mendes, do PSol, que, como nas eleições anteriores, defenderá um programa de reformas nos estreitos limites do capitalismo e do estado burguês. O PSTU lançou a candidatura de Renata Mallet a governadora. Já antes do refluxo das manifestações em Salvador, o PSTU prati-

camente deixou claro que a prioridade do partido era centrar forças na campanha eleitoral. O centrismo aspira constituir-se como força eleitoral capaz de atrair setores da pequena-burguesia em torno de suas candidaturas. A eleição de vereadores no Pará e no RN certamente lançou o PSTU definitivamente no jogo eleitoral burguês e expressará politicamente o oportunismo político.

Os revolucionários e as eleições

Na situação em que há ilusões democráticas das massas no Estado, nos governos e na democracia parlamentar-eleitoral burguesa, os marxistas têm obrigação de intervir. Mas o fazem transformando as eleições e, eventualmente, o parlamento naquilo que Lênin chama de tribuna revolucionária. Ou seja, para defender as reivindicações elementares das massas exploradas e denunciar o caráter de classe do Estado, da democracia e dos governos burgueses. Portanto, para defender o programa proletário e as posições revolucionárias.

A participação de partidos como PSTU, PSol, PCO e PCB certamente destoa completamente da verdadeira perspectiva revolucionária de intervenção eleitoral-parlamentar. Isso porque esses partidos só defendem o socialismo de forma abstrata, desvinculada da luta diária e revolucionária pelo sepultamento do capitalismo e destruição da ditadura de classe da burguesia. Não à toa, substituem a estratégia da revolução proletária por fórmulas moderadas e adaptadas ao regime democrático como “governo dos trabalhadores” ou “poder popular”. No lugar de eliminar as ilusões democráticas das massas no Estado e na democracia burguesa, acabam por reforçá-las.

O POR trabalha por se inserir no seio das massas trabalhadoras e do proletariado, em particular. Para tanto, defende o programa revolucionário e as reivindicações que unificam e mobilizam os explorados.

Adquira com o distribuidor deste jornal



4 MASSAS
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO DE 2014 - R\$ 2,00

**Viva o
Internacionalismo
Proletário!**

**Reconstruir a
IV Internacional!**

**5 anos da morte de
Guilherme Lora,
dirigente do Partido
Operário Revolucionário
da Bolívia**



4 MASSAS
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - 31 DE MARÇO / 01 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 2,00

**50 anos da ditadura militar
1964-2014**

**A revolução proletária acabara com
a ditadura de classe da burguesia**

**Construir o Partido
Operário
Revolucionário**



**Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente**

**2ª edição
reformulada**

**Crimeia
anexada
pela Rússia**

**Kiev: a direita
se apoia na
classe média
para submeter
a Ucrânia aos
EUA e Europa**

**Partido
Operário
Revolucionário**

4 MASSAS



**Crítica às posições das
correntes de esquerda
sobre a crise na Ucrânia**

**Resposta aos ataques do PCO ao POR
Nossas divergências com a LIT-CI/PSTU
Rechaço às formulações do estalinismo**

**Em defesa da bandeira
"Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente"**

**Partido
Operário
Revolucionário**

4 MASSAS

Nesta edição:

- Bolívia – Vote Nulo
- Venezuela – O chavismo se desintegra
- Palestina: manifestos do Comitê de Enlace; A solução está em dois Estados?; Inconsequência das esquerdas

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Artigo extraído do Jornal Massas, nº 2.364, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Vote Nulo

Nenhum candidato fala contra os “sócios” multinacionais, nenhum tocará nos latifúndios, nenhum propõe nacionalizar minas e o petróleo. Todos falam da maravilhosa democracia onde terão dinheiro e poder por 5 anos.

Um programa político, é o cartão de identidade de um partido, expressa como tal ou qual partido conseguirá desenvolver, industrializar o país para dar melhores condições de vida à população. Como os militantes desse partido no poder conseguirão que a semicolônia gringa chamada Bolívia deixe de importar desde o trigo para o pão diário até a gasolina para o transporte público. Isto é, como deixar de produzir somente o que necessitam as potências estrangeiras ou o imperialismo, que nos obriga a produzir somente matérias-primas e cocaína, e começar a produzir o que necessitamos, industrializando nossos recursos naturais para fabricar aço, máquinas, papel, plásticos, vidro, sabonetes, pasta de dentes, etc. e, assim, dar trabalho a milhões. É por isso que todo o programa político parte de que forma de propriedade se dará sobre a terra, as minas, os hidrocarbonetos, fábricas e demais meios de produção. Os partidos de empresários (burgueses) e da classe média (pequeno-burgueses), que estão em campanha eleitoral, carecem de um programa político, escondem suas intenções, ou como o MAS somente dizem que respeitam a grande propriedade privada dos poderosos. Tudo isto significa que todos os candidatos confessam que estão de acordo com os “sócios” multinacionais, e não criarão novas indústrias que podem consumir as matérias-primas que levam os gringos, e deixarão o país à mercê dos ratos latifundiários e empresários, que nos sobem o preço da carne e do açúcar de tanto em tanto. Não se estranham por isso os hoje opositores e oficialistas entrarem em 2015 unidos no palácio, tudo é possível.

É o partido do proletariado na Bolívia, o POR, o que tem um claro programa político, que rechaça a farsa eleitoral e chama as massas a ganhar as ruas para arrancar dos poderosos melhores condições de vida, e que para acabar com a miséria nacional somente a Revolução Proletária e o Governo Operário-Camponês nos libertará.

*O programa político do proletariado defende industrializar os recursos naturais, dar trabalho a milhões com seguridade social, saúde e educação gratuitas, usando grandes meios de produção (minas, hidrocarbonetos, latifúndios, fábricas, bancos) de propriedade social. Por isso, é preciso expulsar as **Multinacionais o Imperialismo e a Burguesia entreguista** (empresários, banqueiros e latifundiários) sem indenização.*

***Revolução Social, Estatização e planificação da economia**, sob o controle de operários e camponeses. Socialismo a caminho do comunismo. Democracia da maioria e ditadura contra os que nos oprimem. **Governo Operário e Camponês ou Ditadura do Proletariado**, conheceremos a democracia quando retomarmos o fio da **Assembleia Popular de 71**, governando-nos a partir dos cabildos abertos e assembleias de representantes revogáveis.*

Somente os parasitas e ladrões apoiam o processo de mudança

Eu votarei nulo nas próximas eleições

Porque não serei cúmplice dos corruptos e entreguistas

Dar pontapés nos burocratas masistas da COB, federações e confederações, organizar a luta a partir das base nas assembleias e comitês de greve.

A Tropa militar e polícias têm o direito de sindicalizar-se!

Viva as Teses de Pulacayo e a independência sindical!

Por um reajuste de 100% e um salário mínimo vital com escala móvel!

Derrotar a burguesia entreguista e expulsar as multinacionais”

Com o Partido Operário Revolucionário ao socialismo!

O chavismo se desintegra

O impasse em que se arrasta o chavismo e que se mantém com sucessivas concessões aos capitalistas, à oposição direitista e o imperialismo (acordos da “conferência Econômica pela Paz”, reunião da UNASUL, contrarreformas econômicas, etc.) se rompeu quando as contradições econômicas atingiram a esfera da política e o Estado. Seu reflexo mais expressivo se manifesta na eclosão de forças centrípetas dentro do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e nas “limpezas” políticas no governo. A crise acabará fortalecendo a oposição direitista e o imperialismo.

O chavismo acabou submetendo ao império das leis capitalistas

A farsa do “Socialismo do Século XXI” está sendo triturada pelas leis e contradições históricas do capitalismo putrefato. A impotência e a incapacidade do governo em solucionar os graves problemas das massas e seus retrocessos diante das forças da reação imperialista, não fazem senão acelerar sua desintegração política. Acontece que o nacionalismo (burguês e pequeno-burguês) caducou como força histórica há muitas décadas. No entanto, a crise de direção revolucionária e as condições de opressão nacional possibilitaram o seu ressurgimento na Venezuela como expressão das tarefas democráticas pendentes. Mas o chavismo, como particular expressão política do nacionalismo, foi congenitamente incapaz de se opor às poderosas tendências resultantes das contradições da crise capitalista mundial. Isso porque não se propôs, nem quis romper com a propriedade privada monopolista. Devia então ceder diante da força econômica do imperialismo, que se impõe como força de lei diante da crise de direção revolucionária. A prolongação do impasse jogou a favor da solução pró-imperialista para a crise: contrarreformas econômicas e transição política negociada.

Esse processo se apoia, fundamentalmente, numa crise econômica sem precedentes no país. Em meio a ela, se reproduz e amplia a crise política. A inflação acumulada ao longo do ano chegou a 62%, golpeando duramente o poder aquisitivo do salário e reduzindo a capacidade de financiamento dos subsídios sociais, única fonte de recursos para uma parcela dos oprimidos. A desvalorização vem se aprofundando por meio de mecanismos econômicos diretos (unificação dos diferentes tipos de câmbio, fixação de tetos salariais, aumento de preços de serviços e combustíveis, etc.) e indiretos (especulação, mercado negro de divisas e produtos de consumo, etc.). A escassez de alimentos e produtos de consumo popular atinge 30% nas principais cidades e 45% no interior do país. A cada dez produtos, quase a metade deles falta nos mercados. O quadro se aprofunda se se leva em conta que 20 bilhões de dólares se esfumaram ao serem entregues às empresas fantasmas, manobras que encobrem os subornos e os mecanismos de saque dos cofres estatais realizados pela cúpula chavista.

Todas as medidas do nacionalismo pequeno-burguês foram impotentes para extirpar o mortal câncer da inflação. Falharam

as medidas que pretendiam congelar os preços e amenizar assim a devastação dos salários dos explorados. O governo ensaiou uma resposta à sangria política, fazendo mudanças na equipe de funcionários do governo. Mudanças que, na realidade, correspondem à necessidade de centralizar o aparato do governo, cooptando funcionários capazes de levar adiante as medidas que se preparam contra as massas.

Outro elemento que se instaurou como fator da crise política é o recente assassinato a punhaladas do prefeito opositor do município de Rio Caribe, Enrique Franceschi. Os altíssimos índices de criminalidade (Venezuela é o segundo país com maior índice de criminalidade em todo o mundo) constituem uma das manifestações da decomposição social, que se reproduz sobre a base da miséria e da crise econômica. Mas desta vez, a morte de um destacado opositor constituiu numa bandeira política da oposição para demonstrar a incapacidade do governo, e assim propagandear seu programa de remoção do chavismo a um importante setor da pequena burguesia urbana.

Aumenta o choque das massas com o impotente nacionalismo pequeno-burguês

Tudo indica que o principal elemento da crise política seja as sucessivas viradas à esquerda e à direita, as medidas e as contra-medidas (com diferenças de dias) que alimentam nas bases chavistas a desorientação e que também incentivam a resistência ativa contra o governo. A isso se soma as revoltas das camadas pequeno-burguesas e de certos setores operários. Foram 6.369 manifestações no primeiro semestre de 2014: 278% a mais do que ocorreu em 2013 (1.687), superando inclusive as de 2012, quando se registraram 5.483 mobilizações. Trata-se do maior índice de protestos nos últimos dez anos. Certamente, a maioria dos manifestantes tem sua origem nas classes e camadas de classe refratárias ou hostis ao chavismo e estão subordinadas politicamente pela oposição pró-imperialista.

As greves operárias vêm crescendo desde 2008. Trata-se de um reflexo das políticas antioperárias impulsionadas pelo chavismo, acompanhando assim suas viradas direitistas em matéria econômica. As reivindicações operárias se avolumaram, o que explica o aumento da repressão. Basta lembrar a repressão contra os grevistas do metrô de Caracas; dos assalariados da educação, dos funcionários públicos e dos serviços (supermercado Êxito); contra os operários petroleiros e mineiros (Ferro-minera); contra os operários da Mitsubishi que se revoltaram contra a superexploração e precarização impulsionada pela multinacional, que contava com o aval do próprio governo, conflito este que resultou na morte de dois operários. Sem esquecer tampouco da repressão contra os indígenas Yucpas, ou os julgamentos contra 130 trabalhadores e dois caciques indígenas por resistirem aos planos do governo.

O problema está em que a classe operária não tem se manifestado ainda como força social organizada, iniciado um processo de radicalização que criasse condições para avançar em

sua independência política. A essa perspectiva se opõe, além disso, o férreo controle das direções burocratizadas, a repressão sobre os setores mais politizados do movimento e a ausência de uma direção marxista-leninista-trotskista enraizada no seio do proletariado. Em todo caso, não se pode desconhecer o fato de que o crescimento das mobilizações e a desaprovação do governo de Maduro (que alcançou 65% da população do país), assim como as crescentes greves operárias, espelham a progressiva fratura social que vem se operando entre as massas oprimidas e o nacionalismo pequeno-burguês chavista.

A decomposição social segue a decomposição do aparato do governo

Essas condições vêm se agravando, por sua vez, com a burocratização do aparato do PSUV e do governo. Processo que acompanha a separação da casta política que domina e usufrui do Estado e do partido em relação à miséria generalizada das massas e de suas próprias bases sociais. As recentes rupturas políticas no seio do governo se reproduzem sobre a base do saque do orçamento estatal pelos funcionários que constituem a cúpula do chavismo. A recente “cooptação a dedo” do filho de Maduro, Nicolás Ernesto Maduro Guerra, como delegado ao III Congresso do PSUV, reflete essa tendência. Esse Congresso terá como objetivo ratificar o apoio do partido ao governo e fechar o caminho às crescentes críticas internas. As listas de votantes foram filtradas por uma Comissão nomeada a dedo. Em outras palavras: os delegados são eleitos levando em conta que o objetivo é aprovar o pacote de ajustes contra as massas.

Contudo, esse processo não conseguiu evitar as rupturas nem amenizar as críticas internas. O ex-vice presidente de Planificação de Chávez, Jorge Giodarni, criticou Maduro por ser incapaz de resolver a crise econômica e por propor medidas que “levam ao enterro da Revolução”. Hector Navarro, ex-titular de Educação, Rafael Isea, ministro de finanças, o ex-deputado Freddy Bernal e o ex-primeiro ministro e membro da Direção Nacional do PSUV, Héctor Navarro, se somaram às críticas. Este último foi suspenso de seu cargo no PSUV. Fica, assim, claro que a crise econômica e política criaram poderosas forças centrípetas entre as heterogêneas correntes do chavismo.

Quando Maduro aceitou as condições de intervenção estrangeira, via bloco da UNASUL, deixou aberto o caminho para que as forças imperialistas encontrassem uma via de intervenção concreta. A guerra econômica desatada pela burguesia venezuelana, apoiada pelos Estados Unidos, vem realizando um trabalho de sabotagem ao nacionalismo chavista. Todas as vias de solução da crise do país se colocam. Inclusive, a via do golpe militar não foi descartada. A oposição vem realizando, cada vez com mais ousadia, convocatórias aos setores das Forças Armadas Bolivarianas (FAB) para cindir a frente interna de sustentação do governo. O êxito dessas manobras depende de como se expressa a crise econômica e social entre a tropa e a sub-oficialidade. Por enquanto, a estratégia da oposição pró-imperialista se concentra em deslocar as camadas médias e crescentes frações dos assalariados sob o programa anti-chavista.

da Mesa de Unidade Democrática. A via legal e democrática continua sendo a via principal de seu fortalecimento. No entanto, a crise terminal do regime abrirá as comportas da confrontação civil e produzirá cisões nas Forças Armadas, estas serviriam ao imperialismo e à oposição.

A cúpula burocrático-militar sabe que sua sobrevivência depende de sua capacidade de centralizar autoritariamente o poder do Estado e a partir daí negociar com o imperialismo a transição política. Por isso é que Maduro impulsiona as “limpezas” contra figuras importantes do chavismo, sob a acusação de “traição à revolução”. Na sua fração, perfila Diosdado Cabello, chefe da fração militar do chavismo, e Rafael Martínez, ministro da Economia. Por último, as rupturas indicam que será impossível avançar com medidas capitalistas sem derrotar a oposição e aprofundar a via repressiva às massas.

Constituir uma direção revolucionária, construindo o partido-programa

A “Revolução dentro da Revolução” comparece, nos fatos, como uma “limpeza” dos chavistas críticos à condução política. As massas estão alheias a esses atritos intestinos entre funcionários e burocratas, que combatem entre si para saber quem se apropriará do aparato estatal em seu próprio proveito. A questão central da situação política se resume em que, por sua natureza de classe, o chavismo não pode recorrer a medidas e métodos revolucionários para solucionar os graves problemas econômicos e políticos, o que implicaria abrir caminho para a luta de classes. Ao contrário, convocará as massas a realizar “sacrifícios pela revolução” e a sustentar o “Socialismo do século XXI”.

Mas dificilmente os explorados farão maiores sacrifícios por um governo que associam, cada vez mais, com a destruição de suas conquistas e direitos mais elementares. O problema reside em que o poder não está nas mãos das massas organizadas no campo da independência de classe, dirigindo o país e a economia sobre a base da centralização e planificação da economia nacional de acordo com os interesses mais gerais dos explorados. Nessas condições, as massas demonstrariam uma capacidade de sacrifício sem precedentes.

Contudo, as massas não podem fechar os olhos diante da ofensiva imperialista e contrarrevolucionária que se preparam contra o País. O que a obriga a avançar em sua organização nacional assentada nos organismos e comitês de base, livremente eleitos, e fortalecer os mecanismos da democracia proletária e a organização frentista baseados em um plano de reivindicações. O que exige, fundamentalmente, organizar as milícias operárias e camponesas e impor o controle operário da produção. Para isso, é necessário que o proletariado e o campesinato venezuelanos avancem em sua independência política e recorram aos métodos coletivos de luta, ação direta. Esta é a via por onde passa a transformação das massas em força social revolucionária, enfrentado ambos polos em que se divide a política burguesa: o chavismo e a oposição pró-imperialista. O que exige constituir uma vanguarda operária e camponesa no partido da revolução proletária, marxista-leninista-trotskista.



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Palestina - em defesa da nação oprimida – 17/07/14

**Que o Hamas entregue armas à população!
Derrotar a ofensiva sionista com o levante das massas palestinas!
Unidade dos explorados do Oriente Médio para enfrentar o imperialismo!
Pela autodeterminação das nações oprimidas!
Defender os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

O Estado sionista de Israel mais uma vez se lança ao massacre dos palestinos. Os bombardeios atingem a população. O poderio militar da burguesia israelense – apoiado pelos Estados Unidos – é incomparável com o do Hamas. Depois de vários dias de ataques sobre a Faixa de Gaza e quando já havia duas centenas de palestinos mortos – um terço de crianças –, morreu o primeiro israelense. Bastou que um dos inócuos mísseis da Brigada Al-Qassam passasse pela defesa de Israel e matasse um membro de sua população para que o carrasco Binyamin Netanyahu promettesse mais bombas e mais mortos. O conflito se reacendeu em mais uma clara demonstração de que é impossível a paz entre uma Palestina sitiada e um Estado de Israel expansionista.

A Faixa de Gaza é mantida como um campo de concentração, com a diferença de que há a resistência do povo oprimido. Está mais do que provado que o Estado de Israel não tem como sobreviver a não ser que anexe de vez a Palestina. A aspiração dos palestinos de terem um Estado nacional se esvaiu com as fracassadas tentativas dos acordos de paz e com a constante situação de guerra. No entanto, o imperialismo e a fração burguesa palestina comandada por Mahmoud Abbas constantemente insuflam as ilusões em um acordo com os sionistas.

Shimon Peres acaba de entregar o posto de presidente de Israel a Reuven Rivlin, que defende a tese de um só país, resultante da anexação da Palestina. Não quer saber de um Estado da Palestina. Para ele, os palestinos deveriam ser incorporados em uma grande pátria judaica. O que quer dizer dissolver pela força a resistência dos palestinos ao Estado sionista. Seria consolidar a expulsão dos palestinos de sua pátria, ocorrida na Segunda Guerra, de arrancar-lhes parte do território determinado pelas fronteiras traçadas em 1967, de comprimi-los por meio da colonização e, enfim, submetê-los definitivamente.

O impulso à penetração de colonos no que restou do território palestino é a aplicação do método colonialista de ocupação populacional garantida pelas armas. Não tem sido possível à burguesia sionista avançar o colonialismo sem massacres. Já

ultrapassaram duzentos os mortos da operação “Limite Protetor”, grande parte é de civis, crianças e mulheres.

Em fins de 2008, o primeiro ministro Ehud Olmert invadiu por terra a Faixa de Gaza e promoveu um morticínio (“Operação de Chumbo”). Cerca de três anos depois (2012), o conflito recrudesceu e Benjamin Netanyahu ameaçou com nova invasão (“Operação Pilar de Defesa”), contida pela pressão internacional dos movimentos e pela crise no Oriente Médio.

Desde a vitória de Israel na “Guerra de Seis Dias” (junho de 1967), a burguesia sionista não faz senão anexar progressivamente parte do território palestino traçado pelo próprio imperialismo em 1947. A imprensa mundial se ocupa de classificar a resistência dos palestinos e de suas organizações como terroristas. É a forma de que dispõem os Estados Unidos e a poderosa fração burguesa sionista assentada em várias partes do mundo para justificar os massacres, o regime de opressão nacional e o colonialismo. Procura-se negar que se pratica o genocídio contra um povo que foi dominado pelo imperialismo britânico e expulso de suas terras para se criar artificialmente o Estado de Israel. Foram necessárias a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais para que a doutrina do sionismo se concretizasse. E tem sido necessário manter os palestinos sufocados economicamente, expatriados 4,7 milhões e enclausurar na Faixa de Gaza e Cisjordânia a população que ali permaneceu, tudo isso para garantir o Estado sionista.

Fracassaram os “Acordo de Oslo” (1993/95) e as “Negociações de Camp David” – ambos sob o auspício dos Estados Unidos. E por quê? Porque o Estado sionista não permite a volta dos palestinos expatriados e não admite um Estado da Palestina que seja soberano.

Não há dúvida de que a divisão dos palestinos entre o Fatah e o Hamas enfraqueceu a luta unitária pela autodeterminação da Palestina, inicialmente defendida pela OLP. A adaptação do Fatah ao sionismo desfechou um duro golpe na resistência armada. O governo da Autoridade Palestina que controla a Cisjordânia, sob o governo de Abbas, colabora abertamen-

te com o imperialismo para quebrar a resistência organizada na Faixa de Gaza e facilita a penetração colonialista de Israel na região. A política do Fatah levou a Autoridade Palestina a depender financeiramente do imperialismo e da burguesia israelense ao ponto de não poder tomar qualquer atitude séria de independência. Os Estados Unidos impõem sua linha de sustentação do Estado de Israel alimentando a divisão, assim enfraquecendo as fileiras da resistência palestina.

O Hamas isolado não tem como fazer frente ao poderio sionista. Tende a se adaptar às pressões da Autoridade Palestina e mesmo de seus aliados árabes. Uma nova invasão israelense em Gaza virá no sentido de minar o que o Hamas construiu como meio de resistência, depois dos ataques aéreos e por terra em fins do ano 2008 à Faixa de Gaza. Nessa investida, destroem-se parte de sua base econômica, matam-se 1,4 mil palestinos e debilitam a capacidade militar do Hamas. A medida mais violenta, no entanto, foi a de impor em 2007 o total bloqueio à Faixa de Gaza, com a colaboração do governo egípcio. Mais de 1,5 milhão de seres se acha confinada na forma de um campo de concentração, sujeita a duras privações econômicas, à repressão policial e aos ataques aéreos.

O sionismo assumiu a forma mais reacionária e bárbara que se tem para oprimir um povo nas condições do capitalismo decadente. Não por acaso, se assemelha ao nazifascismo que provocou o holocausto.

A questão é a de como derrotar o sionismo e o imperialismo, sua base de sustentação. Somente o movimento internacional do proletariado tem como responder a esse objetivo. Não temos a IV Internacional organizada no seio das massas. Mas não deve ser motivo para não assinalar a via histórica. É preciso trabalhar para que o internacionalismo ganhe voz e força material. A guerra colonialista de Israel contra os palestinos é parte de uma infinidade de conflitos no Oriente Médio. Há uma conflagração mais ampla em que os explorados assumem cada vez mais o lugar de força social revolucionária. E, por outro lado, evidencia-se o lugar contrarrevolucionário da

oligarquia burguesa e a incapacidade do nacionalismo pequeno-burguês.

A partir dos confrontos bélicos, das intervenções do imperialismo e dos levantes revolucionários, colocam-se não apenas os problemas imediatos como também o programa estratégico do proletariado. Ou seja, o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Todas as reivindicações, tarefas e soluções que emergem das conflagrações – como a dos palestinos com a burguesia sionista de Israel – para se impor, dependem de abrir um caminho progressivo de uma direção que encarne a estratégia da revolução proletária, socialista.

Não haverá solução para os palestinos pela via e pelos métodos capitalistas. Estes são ditados pelo imperialismo. Os explorados (exploração capitalista) e os oprimidos (opressão nacional) da Palestina devem responder a essa dupla condição para potenciar sua resistência ao sionismo e conquistar posição revolucionária perante o conjunto da população explorada e oprimida no Oriente Médio.

O programa do proletariado para a situação da Palestina parte da necessidade de armar as massas – esta é uma das condições para combater a barbárie sionista – e organizá-las para unificar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia por meio de um governo operário e camponês, um governo revolucionário das massas capaz de reunir todas as forças internas e obter apoio externo, inclusive dos judeus explorados, para derrotar o sionismo e conquistar a autodeterminação do povo palestino.

O Partido Operário Revolucionário, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, se coloca inteiramente do lado da causa palestina contra os opressores sionistas e o imperialismo.

Viva o levante dos explorados e oprimidos da Palestina!

Derrotar a ofensiva colonialista do Estado sionista de Israel!

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

Pela autodeterminação das nações oprimidas!

Pelo fim do massacre em Gaza – 22/07/14

Derrotar a ofensiva sionista de Israel com a população em armas!

Em nossos países, sair às ruas em defesa da autodeterminação da Palestina e pelo fim da opressão nacional, expulsando o imperialismo e expropriando as multinacionais e a burguesia nacional entreguista!

O massacre dos palestinos acontece com a anuência dos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. Estas potências que comandam o mundo foram e são as responsáveis pela expulsão dos palestinos de parte de seu território para criar, com a força das armas, o Estado sionista de Israel. A ONU assiste de braços cruzados a chacina. Os pedidos e conselhos para que se faça uma trégua e se negocie a paz são hipócritas. O imperialismo veste a máscara do humanitarismo e do pacifismo para ocultar seu apoio à política sionista do carrasco Binyamin Netanyahu. Já passam de 600 os palestinos mortos, para 29 israelenses!

Mas não apenas as potências são responsáveis pelo banho

de sangue. A ditadura de Al Sisi, no Egito, serve aos Estados Unidos e ao poder da burguesia israelense no Oriente Médio. Uma das primeiras medidas depois do golpe militar foi a de restabelecer o cerco econômico, social e militar a Gaza. Israel impôs o regime de campo de concentração aos palestinos como forma de sufocar a resistência do Hamas. O sionismo não permite que se estabeleça um Estado da Palestina.

É preciso que se aponte também a responsabilidade da Autoridade Palestina que governa a Cisjordânia pela mortandade de palestinos. Mahmoud Abbas não toma nenhuma medida de defesa militar, de levante da população e de apoio econômico a Gaza. Assiste ao massacre condenando verbalmente a ofensi-

va militar e implorando às potências que suspendam as mãos sangüinárias do Estado de Israel.

A classe operária mundial e todos os oprimidos do mundo devem identificar com clareza os responsáveis pela chacina de civis, de crianças, de velhos e mulheres. São os inimigos da autodeterminação dos povos oprimidos. São os opressores nacionais! São os abutres que se fartam da exploração no mundo todo! São os capitalistas que promovem a barbárie em nome da democracia, dos direitos humanos e da paz!

Respondemos à guerra reacionária dos sionistas com a guerra revolucionária: armamento geral dos palestinos, levante das massas exploradas do Oriente Médio e campanha mundial de mobilização em cada país! Não se derrotará o Estado militarista de Israel, se as massas não forem armadas, se não se organizar a guerrilha defensiva. A população de Gaza sai às ruas em protesto carregando seus mortos, mas estão sem armas e sem organização para resistir aos invasores com seus tanques.

O Hamas, por mais que faça ações heróicas, não tem capacidade militar para enfrentar a ocupação sionista. As massas armadas, sim! O Hamas é responsável por não armar as massas, por não organizar a guerra defensiva com os métodos de luta dos explorados. O Hezbollah, do Líbano, ofereceu ajuda! É o que se informa. Que auxilie, então, no armamento da população palestina! As massas podem responder com os métodos de ação política e militar do proletariado à ocupação do território palestino e ao massacre.

A derrota do sionismo é a derrota da dominação imperialista em todo Oriente Médio. É preciso despertar entre os explorados e oprimidos a confiança na luta antiimperialista, no combate à feudal-burguesia árabe e aos seus governos. Se os soldados de Israel encontrarem em cada rua, em cada casa, em cada trincheira e em cada túnel os palestinos armados e treinados para a guerrilha, então estarão diante de uma verdadeira resistência nacional da população oprimida. Essa é a via para enfrentar o sionismo e o imperialismo.

Mais uma vez, o Estado de Israel se mostra como um enclave militar do imperialismo no Oriente Médio. O sionismo expõe seu caráter reacionário e bárbaro. Não respondeu às aspirações de milhões de judeus oprimidos, como prometia. Não criou uma pátria, mas um enclave da burguesia judia no Oriente Médio, manejado pelo capital financeiro e pela indústria militar. Não se poderia criar uma pátria de libertação dos judeus à custa do massacre dos palestinos e da brutal opressão nacional. Essa é a “pátria” dos financistas, dos monopólios e dos militaristas.

Não por acaso, a oligarquia israelense se valeu das vitórias militares na Guerra de Seis Dias e de Yom Kippur para ampliar seu território. Negou o direito dos palestinos a terem um Estado. Sitiou a Faixa de Gaza. Cercou a Cisjordânia. Lançou a colonização. E impôs um regime de guerra permanente contra o movimento palestino de resistência.

Desgraçadamente, os explorados não contam com uma direção proletária, revolucionária. Não lutam sob a estratégia da revolução socialista. Padecem do nacionalismo árabe impotente, mascarado pela religião. Ardem de ódio contra os seus opressores. Mas se encontram desarmados política e militarmente. Pode-se reivindicar do ditador Al Sisi que abra

as fronteiras do Egito. Pode-se exortar os tais governos simpatéticos à causa palestina que punam economicamente Israel. Pode-se pedir ao Hezbollah que venha em auxílio de Gaza. Esses gritos de nada servirão, se não se levantar a bandeira de armamento geral dos palestinos de Gaza à Cisjordânia. De nada servirá levantar a bandeira democrática original da OLP, se as massas continuarem desarmadas e divididas pela política do Fatah e Hamas. De nada adianta denunciar a limpeza étnica, se não se coloca o armamento da população como expressão da estratégia revolucionária.

Não há dúvida de que a questão palestina é parte de todo Oriente Médio e o transcende para nível mundial. Os conflitos nacionais são inúmeros em todo mundo. E todos estão condicionados ao domínio dos monopólios e pela opressão imperialista. Um exemplo que ressalta no momento é o da Ucrânia. Mas a questão palestina sintetiza a barbárie capitalista.

Desde as intervenções das potências nas duas guerras mundiais e desde que em 1947, por um ato de força a ONU, decidiu-se dividir a Palestina, o povo dessa região vive sob intensa violência e toda sorte de arbitrariedades do poder financeiro e militar da burguesia. Não é preciso recorrer a detalhes dos acontecimentos passados, basta a existência de quase 5 milhões de palestinos que foram expatriados e que estão impedidos de voltar. Basta o campo de concentração em que se encontram os palestinos que permaneceram em Gaza e na Cisjordânia. Basta a série de invasões e de massacres.

Como se pôde chegar a esse extremo? A criação do Estado sionista respondeu a um especial interesse do imperialismo pelo Oriente Médio – o controle da imensa riqueza petrolífera. O nacionalismo árabe fracassou em conquistar a independência e em reunificar países divididos pelas fronteiras impostas pela Inglaterra, França e Estados Unidos. O pan-arabismo ficou para trás. Triunfou o domínio norte-americano. Os palestinos arcaram com parte desse peso histórico ficando marginalizados da tarefa democrático-burguesa de se constituir em Estado Nacional. Não há possibilidade de recuperar essa perda.

A tese de dois Estados criada pelas potências na ONU se mostrou falsa. A OLP renunciou à sua bandeira original de Estado único, democrático, laico e anti-racista. Significou submissão à política do imperialismo. Levou à divisão da luta pela destruição do Estado sionista. Esse processo evidenciou a impossibilidade do nacionalismo de enfrentar a opressão imperialista. Assim, a ausência do programa e da política proletária bloqueia o avanço da luta anti-imperialista. Não se pode desconhecer esse obstáculo. Está colocada pela experiência a tarefa de construir o partido revolucionário. Somente este poderá levantar a bandeira da revolução socialista que destruirá o aparato da burguesia sionista e estabelecerá uma palestina una, sem qualquer tipo de opressão – palestinos e judeus estarão sob o mesmo teto.

Defendemos o direito dos palestinos de reivindicarem seu Estado. Mas diremos que somente com o desmantelamento do Estado sionista e com a edificação de uma República Socialista é possível eliminar a opressão de classe e nacional. O objetivo estratégico da luta revolucionária é a de alcançar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Derrotar o Estado sionista de Israel com o levante armado das massas oprimidas da palestina e do Oriente Médio!

A solução está em dois Estados?

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) emitiu uma nota sobre a invasão de Israel em Gaza. Relata a importância da presença de Antônio Lisboa, membro de sua executiva, nas manifestações ocorridas na Inglaterra. A nota convoca uma concentração e “caminhada” (passeata virou caminhada) partindo da Praça Oswaldo Cruz até o Parque Ibirapuera.

Segundo Leonardo Severo, que assina a nota, as manifestações massivas que ocorreram na Inglaterra “demonstram que cresce a consciência da Humanidade de que a paz só será possível com a construção de dois Estados, um palestino e um israelense, e a garantia do direito de retorno dos refugiados, conforme determina a resolução da ONU, constantemente desrespeitadas pelos sionistas.” Como se vê, a CUT levará esta bandeira para a “caminhada”.

Observa-se que não se trata de uma luta séria e consequente contra o sionismo e a bárbara opressão nacional. Trata-se de uma capitulação diante do Estado sionista.

A renúncia da “Organização para a Libertação da Palestina” (OLP) de constituir um Estado uno, democrático, laico e não-racial implicou reconhecer o Estado de Israel, sendo que este não admitiu a edificação de um Estado Palestino independente e soberano. A suposição de que a burguesia sionista acabará cedendo é completamente falsa. A sobrevivência de Israel depende da expansão territorial. Necessariamente, tem de anexar mais e mais parte do território de Gaza e Cisjordânia. Não por acaso, avançou por cima das fronteiras demarcadas pela ONU em novembro de 1947 e maio de 1948. Bastou a criação do Estado de Israel para que os sionistas expulsassem pelas armas os palestinos de suas terras e casas. A vitória nas duas guerras (“Guerra de Seis Dias” e a de “Yon Kipur”) serviu para a burguesia israelense – com apoio do imperialismo – avançar com suas fronteiras e encurralar os palestinos, que constituem a imensa maioria da população, na estreita Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Está claríssimo que a criação do Estado de Israel implicou e implica a submissão de todo um povo à grande burguesia sionista, que tem alcance mundial e que opera disciplinadamente desde os Estados Unidos. O traçado imposto pela ONU no pós-guerra, dividindo a Palestina, de fato, não previa dois Estados, mas sim o Estado sionista de Israel. Essa constatação está confirmada por 66 anos de totalitarismo e de massacres contra os palestinos.

Somente foi possível impor um Estado de fora para dentro da Palestina por meio de uma poderosa intervenção do imperialismo, ou seja, das potências e do capital financeiro. Não se resolveu a “diáspora judaica”, mas sim a necessidade do imperialismo criar um enclave no Oriente Médio. A artificial solução de pôr em pé um Estado por meios e métodos do imperialismo (domínio financeiro e guerra) resultou na expulsão dos palestinos de suas terras e em seu confinamento em uma

pequena parte do território.

Os judeus perseguidos em várias partes do mundo – pelos “progroms” anti-semita e pelo genocídio nazista – não poderiam resolver sua dispersão e se libertar da opressão criando um Estado opressor de todo um povo e reproduzindo os “progroms”, no caso anti-palestino. Em nome da sobrevivência do Estado judaico (sionista), se pratica a barbárie moderna (bombardeio da população). Não se liberta um povo oprimindo outro.

O Estado sionista deve ser combatido com os métodos da revolução proletária. Esse é o ponto decisivo. Expressa a tarefa de reconquistar a Palestina, arrancando-a do controle da burguesia sionista e do imperialismo. Trata-se de recompor a unidade territorial. O que não é possível enquanto estiver em pé o Estado de Israel. Deixamos de reconhecer o direito dos palestinos de reivindicar um Estado? Absolutamente não! Deixamos de apoiar a luta do povo palestino se este estiver sob a bandeira de dois Estados? Absolutamente não! Mas diremos que não é possível um Estado livre e soberano ao lado do Estado sionista

e que esta não é via da real solução democrática.

A pressão diplomática da Autoridade Nacional Palestina para que a ONU lhe faculte um Estado não expressa a luta pelo fim da opressão nacional. O que quer dizer que os palestinos continuam a ser enganados pela ala nacionalista que capitulou diante do



imperialismo.

Os marxistas se viram diante da necessidade de se opor à estratégia do movimento sionista de ocupar a Palestina e de instaurar um Estado judaico. E desfraldaram a bandeira de destruição do Estado sionista desde que este foi imposto como enclave do imperialismo. O expansionismo territorial, o processo de anexação e os massacres testemunham a inviabilidade de dois Estados. Ou se restabelecerá a unidade da Palestina sob um único Estado, sob uma única República, ou o Estado sionista continuará a exercer a opressão nacional.

É compreensível que a OLP tenha aspirado um único Estado democrático, laico e não-racial. Caso os palestinos prosperassem neste objetivo e vencessem a batalha, conquistariam uma República burguesa. Seria um progresso a destruição do Estado sionista, a reunificação territorial e o fim das hostilidades entre judeus e palestinos.

A sua fração majoritária – o Fatah – abandonou essa tarefa por considerá-la inviável. A viabilidade estaria nos dois Estados, preconizados originariamente pela ONU. A posição dos revisionistas da OLP se contrapôs à necessidade histórica de uma Palestina unida. O destino do povo palestino foi posto nas mãos dos Estados Unidos e da ONU.

A resistência do Hamas na Faixa de Gaza manteve acesa a luta por um Estado Palestino sem reconhecer o Estado sionista. Mas seu fundamento nacionalista-religioso não permite unificar as massas em um movimento revolucionário pela derrota

do Estado de Israel e pela reunificação da Palestina. A sua dependência a forças burguesas árabes o torna refém de uma política incapaz de confrontar o imperialismo. O Hamas se nega a armar as massas em Gaza e fazer um chamado ao armamento geral dos palestinos. Essa é uma das consequências do nacionalismo árabe. Há que se considerar a tendência de sua direção política em se adaptar às posições da Autoridade Palestina. É o que demonstrou o acordo de maio de constituição de um governo de unidade nacional sob a condução do Fatah e de seu chefe Mahamoud Abbas.

O armamento geral dos palestinos expressa a política e a estratégia revolucionária do proletariado. A ausência do partido marxista-leninista-trotskista no seio dos explorados impossibilita levantar a bandeira de constituição de uma República Socialista, sob a qual se unificará a Palestina, se porá fim a toda forma de opressão (social, nacional, racial, religiosa) e se estabelecerá a harmonia entre palestinos e judeus. No entanto, essa é a via pela qual virá no futuro a solução. As dramáticas contradições levarão os explorados a forjar uma nova direção que terá de formular a estratégia revolucionária de destruição do Estado sionista, de expulsão do imperialismo e de constituição de uma Palestina socialista, unida e independente.

A questão palestina, certamente, não está isolada do que se passa no restante do Oriente Médio. É parte das profundas

contradições de classe e nacional. Não é o caso aqui de demonstrá-las. Apenas assinalamos a amplitude da questão palestina como um dos pontos sensíveis de choque das nações oprimidas (as semicolônias) com as nações opressoras (imperialismo). Os levantes de massa contra governos ditatoriais e sua tendência em se chocar abertamente com o imperialismo têm colocado as tarefas democráticas a plena luz. Uma delas é a da independência nacional perante o domínio das potências e o fim de todo tipo de opressão nacional. Corresponde à necessidade das forças produtivas se desenvolverem, liberando-se das travas dos monopólios e da feudal-burguesia árabe.

Voltamos a dizer que o nacionalismo árabe (seu ponto alto foi o pan-arabismo) caducou, embora continue influenciando as massas pela via da religião (islamismo). É preciso trabalhar sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio para se constituir uma direção marxista-leninista-trotskista. A Palestina deixará de ser um território de domínio da burguesia sionista no momento em que estiver enlaçada com o levante das massas árabes e da das nações oprimidas pela independência diante do imperialismo e pela derrocada do capitalismo.

Há que se rechaçar a tese dos dois Estados. Há que se defender uma Palestina unida, sob uma República socialista.

Ato em apoio à Palestina reuniu milhares em São Paulo

No último dia 19/07, dezenas de organizações políticas, populares, centrais sindicais, se uniram numa manifestação de apoio ao povo palestino, massacrado pelos ataques genocidas de Israel na Faixa de Gaza nas últimas semanas.

O início do ato contou com uma grande quantidade de organizações, mas em pequeno número de participantes, num total de cerca de 300 pessoas, próximo à rede Globo, na concentração da manifestação. Mas logo chegaram os participantes do MTST, que juntavam cerca de mil pessoas. Outros aderiram quando a manifestação percorreu a Avenida Eng^o Luis Carlos Berrini, no Itaim, em direção ao Consulado de Israel. Todas as organizações e coletivos que se inscreveram puderam falar ao microfone.

Durante a caminhada, ativistas palestinos falaram e chamaram cantos de luta contra a opressão sionista.

A manifestação ocupou a rua James Joule, em frente ao prédio do Consulado, quando a polícia cercou o prédio impedindo a aproximação de quem quer que fosse. A partir daí, começou a haver um esvaziamento, por conta dos membros do MTST que deixavam o ato após assinarem a lista de presença.

As correntes políticas centravam seus discursos nas denúncias do genocídio levado adiante pelo sionismo, sob a tutela do imperialismo ianque. Chamavam o boicote aos produtos de Israel. Denunciavam a compra de armas e treinamento militar israelense pelos governos do PT e PSDB. Defendiam uma Palestina laica e democrática.

O POR participou do ato com seu manifesto e com uma fala no carro de som. Nossa defesa teve como pontos: 1) o massacre dos palestinos é consequência da decomposição do capitalismo e de sua crise. Por trás dos gatilhos que disparam



bombas sobre a Faixa de Gaza estão os mesmos interesses que despejam a ofensiva repressiva sobre os movimentos sociais e assassinam nas periferias no Brasil: o capital financeiro e as multinacionais; 2) a opressão de um país sobre outro é consequência da opressão de classe. Enquanto houver opressão de classe haverá opressão nacional. Para acabar com a opressão nacional e conquistar a autodeterminação é necessário acabar com o capitalismo; 3) A defesa da Palestina deve ser incondicional e depende de armar as massas para enfrentar o sionismo. Nenhum governo burguês, capitalista, será capaz de realizar a autodeterminação. Somente a unidade socialista das nacionalidades árabes será capaz de conquistar a autodeterminação, expulsando o imperialismo e derrotando as burguesias nacionais; 4) A melhor defesa que fazemos dos palestinos é nossa luta contra os capitalistas daqui; a luta dos trabalhadores é internacional.

Inconsequência das esquerdas

Acontecimentos como o massacre em Gaza obrigam todas as correntes políticas a se pronunciarem. Temos particular interesse na posição das esquerdas que se reivindicam do marxismo, do leninismo e do trotskismo. Observamos que têm em comum o fato de não levantarem o armamento geral dos palestinos. Esse é um ponto crucial. Não se pode responder à barbárie sionista e estabelecer a estratégia para a derrota do Estado de Israel sem se colocar por um movimento revolucionário da nação oprimida e, portanto, das massas exploradas que suportam todo o peso da opressão.

O manifesto da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), de 16 de julho, levanta a bandeira de “Palestina única, laica, democrática e não-racista”, assumindo a formulação da OLP. Condena o acordo entre o Hamas e o Fatah que pressupõe a aceitação da tese dos dois Estados. Critica o Hamas por reprimir a oposição. E considera que será preciso uma nova direção para recuperar o território palestino e realizar os objetivos originariamente colocados pela OLP. O que defende diante do massacre? Fazer uma campanha de exigência para que governos “rompam relações diplomáticas” e “acordos comerciais” com Israel. Ou seja, a LIT se enfileira atrás da organização “Boicote, Desinvestimento e Sanções” (BDS). Chama o Hezbollah a deixar o campo de batalha em apoio a Al Assad na Síria e que venha para Gaza. As duas principais bandeiras do manifesto são: “Parar imediatamente a agressão israelense” e “Por uma Palestina Única, Laica e Não-racista”. Não formula as tarefas democráticas como parte da revolução socialista. Em essência, essa tem sido a posição dos morenistas.

Os lambertistas brasileiros, que estão no PT e que se identificam com o jornal “O Trabalho”, também publicaram um longo texto intitulado “A situação na Palestina: análise da 4ª Internacional”, datado de 16 de julho. Faz uma longa descrição jornalística de acontecimentos presentes e passados, entremeia com análise sobre a política dos dois Estados, condenando-a, e, finalmente, chega à formulação sobre “A Quarta Internacional e o direito dos povos”. Diz: “A 4ª Internacional sustenta incondicionalmente o controle revolucionário dos povos por sua independência e soberania”. “(...) Hoje, mais do que nunca, a paz no Oriente Próximo é o direito ao retorno para todos os palestinos: Um só Estado laico e democrático constituindo um quadro de igualdade de suas componentes árabe e judia, sobre todo o território da Palestina”. A posição dos lambertistas se limita às reivindicações democráticas.

PCO, ex-altamirista, lançou duas notas (de 17 e 27 de julho). Não se tem como extrair a posição, porque não há. Limita-se a descrever o que a imprensa burguesa tem publicado. Faz algum gesto analítico e só. Certamente em seu jornal virão páginas e páginas explicativas sobre a crise. Os seus dois comunicados não servem nem para informação.

A declaração da FT-QI (no Brasil representada pela LER-QI) – “Basta de ataques de Israel contra o povo palestino!” – não economiza detalhes sobre os motivos do novo ataque sionista para finalmente concluir pelo “retorno de todos os refugiados palestinos”, “contra a falsa solução dos dois estados, e a estratégia reacionária das direções islâmicas que buscam estabele-



cer um estado teocrático”, “pelo desmantelamento das bases do Estado de Israel” e “por um Estado único palestino em todo o território histórico, uma Palestina operária e socialista” (...), “como elo da revolução operária no Oriente Médio.” A formulação estratégica (“Palestina operária e socialista”) carece de concretude ao não se colocar os métodos da revolução social e o objetivo histórico da ditadura do proletariado. A FT-QI fica no plano da declaração retórica ao não defender o armamento geral dos palestinos.

A nota do PCB, de 21 de julho (“São décadas de invasão e terror provocado por Israel contra o povo palestino”), como toda a esquerda, condena o massacre, denuncia o imperialismo e conclui com as bandeiras: “Contra a invasão e os ataques assassinos de Israel!; Juntos com o povo palestino e sua luta por autodeterminação!; Avançar na solidariedade internacional e ativa da classe trabalhadora!” Lembramos que Josef Stalin apoiou a implantação do Estado de Israel em 1948 como parte de sua colaboração com o imperialismo anglo-americano. É necessário também lembrar também que a IV Internacional se opôs a via do sionismo e finalmente a imposição do Estado judaico. A “Declaração comum das juventudes comunistas sobre o novo genocídio de Israel contra o povo palestino”, de 24 de julho, coloca-se pela criação do Estado palestino ao lado do Estado sionista. Diz: “Estado Palestino independente nas fronteiras de 1967 com Jerusalém Oriental como capital”. Confirma a posição do estalinismo de apoio à constituição do Estado sionista.

O jornal “A Nova Democracia”, identificada com o maoísmo e estalinismo e porta-voz do PCR, publicou o texto “Israel lança terror sobre Gaza”. Como toda a esquerda, condena o genocídio e se solidariza com os palestinos. Não desenvolve uma posição histórica. Mas não é que não tenha. Em a “Nova Democracia” de 31 de setembro de 2006, foi publicado o artigo “Sabem as hordas fascistas: também a Palestina é indomável”, onde se discute a formação do Estado de Israel. Explana sobre o movimento sionista e a intervenção do imperialismo inglês na Palestina. Demonstra a ação terrorista da organização Haganah (autodefesa). No entanto, procura justificar a posição de Stalin na ONU. Eis: “A URSS, ainda revolucionária, próximo à criação do Estado de Israel pela ONU, propunha a formação de um estado único árabe-judaico, democrático e binacional, ou seja, com iguais direitos.” “No entanto, as contradições en-

tre árabes e judeus, instigadas pelo imperialismo, tornaram-se ainda mais acirradas e, às vésperas da votação na ONU, particularmente incontrolláveis. O imperialismo forçou a repentina votação da pauta da criação do Estado, sem qualquer consulta aos árabes e judeus semitas (tumultuando inclusive definições territoriais) e a URSS se viu obrigada a defender a criação de dois Estados independentes, porém democráticos, reconhecendo as raízes históricas de judeus e árabes na Palestina, nesses termos”. A falsificação dos estali-maoistas é gritante. A proposta de um estado árabe-judaico já indicava a capitulação do governo russo. A votação final pela solução de dois Estados levou às últimas consequências a política de conciliação de Stálin com o imperialismo e de servilismo à ONU, que, como diz Lênin, é uma cova de ladrões. Com essa política, não é possível se fazer a defesa revolucionária da bandeira da autodeterminação do povo palestino.

Israel se cristalizou como Estado de opressão nacional. Está obrigado a recrudescer o cerco econômico, político e militar aos palestinos. Não se pode confiar um fio de cabelo nas possibilidades democráticas, nas soluções diplomáticas e nos acordos traçados pelo imperialismo. É da natureza do Estado sionista expandir seu território. Não resta absolutamente nada das decisões de 1947/48 da ONU. Com o poder das armas, a burguesia sionista impôs aos palestinos um regime de opressão, de terror, de atraso econômico e de miséria das massas.

Não por acaso, a operação “Limite Protetor” não foi a primeira e não será a última a praticar genocídio. Se se observa a evolução dos acontecimentos, nota-se que a OLP, suas frações Fatah e Hamas se distanciaram da tarefa de armar a população e de organizar a guerrilha.

A imprensa chegou a aventar o perigo de uma terceira “Intifada” (“Levante”) – revolta da juventude acompanhada pela população. As duas “Intifadas” (1984 e 2000) mostraram a disposição das massas ao combate, mas lhes faltou uma direção com o programa revolucionário e que fosse capaz de buscar o armamento da população.

A defesa do fim do Estado sionista e de uma Palestina una implica organizar a maioria sob a clara estratégia revolucionária antiimperialista e anticapitalista e sob o método proletário da luta de classes. Não basta declarar apoio aos palestinos, condenar o sionismo, responsabilizar o imperialismo e desfraldar as bandeiras democráticas. É preciso exigir que o Hamas, o Fatah e outras organizações entreguem armas aos palestinos. O que fazer diante dos bombardeios e da ocupação pelos tanques israelenses de Gaza? Organizar a resistência com o povo armado. Negar-se ou desconhecer a necessidade do armamento geral dos oprimidos significa limitar luta contra as chacinhas em palavreados democráticos e em choramingos sobre a matança de civis, crianças, mulheres e velhos.

Qualquer que seja o avanço contra o Estado sionista virá da luta das massas e estas precisam defender suas casas, suas cidades, seu território e suas vidas por meio das armas. É o que mostra essa nova investida de Israel contra Gaza.

Não faltaram ilusões entre revisionistas do trotskismo sobre a possibilidade de uma Constituinte para se chegar a uma República palestina laica e democrática e para garantir direitos iguais a palestinos e judeus. Assim, se negou colocar o armamento geral dos palestinos como expressão do programa e da

política proletária.

Evidentemente, é preciso distinguir no seio dos explorados e oprimidos que não se trata da luta entre palestinos e judeus, mas da luta de um povo oprimido pela derrocada do Estado sionista. O marxismo-leninismo-trotskismo sempre deixou claro que a questão judia somente será resolvida na sociedade socialista. Na época do imperialismo, ficou ainda mais evidente esse postulado. Os “progroms” e o holocausto promovido pelo nazismo foram produtos do capitalismo em decomposição.

Seria um avanço inestimável se os embates resultassem em uma Palestina una, regida por uma República democrática, laica e anti-racial. Estaríamos diante de uma revolução burguesa extemporânea e extremamente avançada, uma vez que resultaria da derrota do imperialismo. Não nos parece factível essa hipótese. A direção pequeno-burguesa dos palestinos – a direita e a esquerda – está fadada a se adaptar às condições impostas pelos Estados Unidos, como o Fatah e sua ANP já demonstraram. A questão palestina e a velha “questão judaica” estão nas mãos do proletariado mundial.

Pode parecer uma abstração, mas vejamos. A criação do Estado sionista não resolveu o problema da pátria para os judeus, tão somente serviu aos interesses da burguesia sionista e do imperialismo. E os palestinos não se libertarão do Estado sionista (do imperialismo) sem que as massas tomem em suas mãos a tarefa democrática de restabelecer a unidade da Palestina. Trata-se, assim, de constituir uma direção que encarne o programa da revolução e do internacionalismo proletário. Não temos dúvidas de que a revolução varrerá o Estado sionista e edificará uma República Socialista. Não se trata, no entanto, de opor a estratégia socialista do proletariado à bandeira democrática de unidade da Palestina, de um Estado democrático, laico e anti-racial, mas de defender que sob a revolução proletária se resolverão as tarefas democráticas colocadas concretamente. Não se pode deixar de apresentar e explicar para as massas que a Palestina se verá livre de toda opressão sob uma República Socialista.

A libertação da Palestina do jugo da burguesia sionista e do imperialismo faz parte das tarefas democráticas e antiimperialistas presentes em todo o Oriente Médio. Ao seu lado, está o Egito com suas profundas contradições. Seu proletariado, mais desenvolvido, tem seu destino vinculado às massas palestinas. É bem possível que os combates no Egito abrirão caminho para o avanço dos explorados palestinos. A situação convulsiva que tomou conta nos últimos anos da região impulsiona os explorados para a via revolucionária, assinalando a necessidade de se superar a crise de direção.

É dever da vanguarda que conserva as posições do marxismo-leninismo-trotskismo, portanto da IV Internacional, atuar na luta de classes mundial com o programa, a estratégia e os métodos da revolução proletária. Torna-se cada vez mais imperativa a tarefa de propagandear e agitar a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Para se ser consequente, há que se lutar com o programa da revolução proletária em nosso próprio país e não temer em mostrar aos explorados a necessidade de armamento geral do povo. Na Palestina, as condições da luta e os massacres indicam que é uma questão de vida ou morte.